

INVENTÁRIO NACIONAL
DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA • INDL

Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL

2 FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA





© IPHAN 2014

GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL
INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

VOLUME 2

FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRA DA CULTURA

Marta Suplicy

PRESIDENTA DO IPHAN

Jurema Machado

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Célia Corsino

COORDENADORA GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

Mônia Silvestrin

COORDENADOR DE IDENTIFICAÇÃO

Marcus Vinicius Garcia

COORDENADORA DE REGISTRO

Diana Dianovsky

Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / pesquisa, Thiago Costa Chacon [et al.]. – Brasília, DF: Iphan, 2014.

2 v.; 18 x 25 cm

ISBN: v.1 978-85-7334-269-7

v.2 978-85-7334-270-3

1. Diversidade linguística. 2. Patrimônio Cultural. 3. INDL. I. Chacon, Thiago Costa.

CDD 410



Ministério da
Cultura



Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL

2 FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA

PESQUISA, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO

Thiago Costa Chacon
CONSULTOR IPHAN/UNESCO//UNB

Ana Paula Seiffert
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Flávia de Freitas Berto
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Giovana Ribeiro Pereira
MESTRANDA PEP/IPHAN

Mônia Silvestrin
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Marcus Vinicius C. Garcia
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

EQUIPE DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Alessandra Rodrigues de Lima

Diana Dianovsky

Ellen Krohn

Ivana Cavalcante

Morgana Fernandes

Natália Brayner

Paulo Peters

Rívia Bandeira

Sara Morais

MEMBROS DO GTDL 2006-2010

Aryon Rodrigues

Carlos Augusto Abicalil

Dennis Moore

Edy de Freitas

Francisca Picanço

Gilvan Müller de Oliveira

José Carlos Levinho

Jurema Machado

Juscelina Nascimento

Márcia Sant'Anna

Maria Cecília Londres

Maria do Rosário Almeida

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Suzana Grillo



O GUIA DE PESQUISA E

DOCUMENTAÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL

DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA é um instrumento da Política da Diversidade Linguística e tem como objetivo disponibilizar orientações para a realização de inventários linguísticos. Esses inventários podem servir de subsídio para solicitações de inclusão de línguas no **INDL**. O Guia está estruturado em dois volumes e um suplemento metodológico.

O **VOLUME 1** traz uma apresentação geral da Política da Diversidade Linguística e do processo de inventário, nas suas diferentes dimensões. O **VOLUME 2** apresenta o formulário do **INDL** e um roteiro temático de pesquisa. O **Suplemento Metodológico** apresenta alguns instrumentos e orientações técnicas desenvolvidos em outras pesquisas, que podem servir de referência para a realização dos inventários.

VOLUME 1 **PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA** dividido em seis seções. O primeiro apresenta, em linhas gerais, a Política da Diversidade Linguística, suas linhas de atuação e instrumentos. O segundo aborda a relação entre diversidade linguística e patrimônio cultural, fornecendo um olhar amplo o campo. O processo de inclusão de línguas no INDL é tratado no terceiro capítulo, em suas diferentes dimensões. Do capítulo quatro ao seis são tratadas as diferentes dimensões que constituem a **proposta de inventário**, desde os seus conceitos estruturantes até as orientações para tratamento e organização dos arquivos audiovisuais, incluindo os temas da documentação linguística, das técnicas de pesquisa e do tratamento de dados.

VOLUME 2 **FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA** dividido em duas partes. A primeira trata do formulário do INDL, com as respectivas orientações para o seu preenchimento. Na segunda parte, são apresentadas seções com orientações sobre os diversos temas de pesquisa relativos ao escopo do inventário. Nela também são contempladas, do ponto de vista procedimental, algumas temáticas que requerem tratamento conceitual específico, tais como denominações, classificação genética, atitudes e representações, língua e variedades, usos linguísticos e a escala de vitalidade linguística.

SUMÁRIO

PARTE 1	INTRODUÇÃO AO FORMULÁRIO DO INDL	10
MÓDULO	Identificação da pesquisa	13
1	Dados do proponente	13
2	Identificação da pesquisa	14
3	Escopo do inventário	15
4	Documentação de Anuência	15
5	Avaliação sobre as informações fornecidas	15
6	Identificação da área de abrangência da pesquisa	18
MÓDULO	Caracterização territorial	20
1	Identificação das localidades onde a língua é falada	20
2	Caracterização do território da língua	22
MÓDULO	Comunidade linguística	24
1	Identificação da comunidade linguística	24
2	População da comunidade linguística	24
3	Caracterização da comunidade linguística	25
MÓDULO	Identificação e caracterização da língua de referência	26
1	Denominações	26
2	Modalidade da língua	27
3	Historicidade	27
4	Classificações da língua	28
5	Língua e variedades	28
6	Situação político-jurídica	30
7	Recursos documentais	30
8	Pessoas de referência	32
9	Instituições	34
MÓDULO	Diagnóstico sociolinguístico	38
1	Falantes	38
2	Aquisição	40
3	Transmissão da língua de referência	42
4	Escrita e leitura	43
5	Situações de usos	46
6	Atitudes linguísticas da comunidade	48
7	Síntese	49
MÓDULO	Avaliação da vitalidade linguística, revitalização e promoção	51
1	Ações de revitalização e promoção	51
2	Vitalidade linguística	52

PARTE 2 ORIENTAÇÕES SOBRE TEMAS DE PESQUISA DOS INVENTÁRIOS 55

SEÇÃO 1 Localidades de ocorrência das línguas 55

- 1.1 *Pesquisando as localidades de ocorrência da língua* 55
- 1.2 *Localidades de ocorrência da língua como uma variável dos diagnósticos* 57
- 1.3 *Documentação audiovisual das localidades de ocorrência da língua* 57
- 1.4 *Mapeamento* 57

SEÇÃO 2 Falantes 59

- 1.5 *Definindo a população da comunidade linguística* 59
- 1.6 *Tipos de falantes e níveis de proficiência* 60

SEÇÃO 3 Denominações 67

SEÇÃO 4 Classificação genética 68

SEÇÃO 5 Língua e variedades 69

- 5.1 *Dificuldades do nível sistêmico* 69
- 5.2 *Inteligibilidade mútua* 70
- 5.3 *O nível simbólico-político* 71
- 5.4 *Identificação de variedades linguísticas* 73

SEÇÃO 6 Usos linguísticos 79

- 6.1 *Língua dominante* 79
- 6.2 *Aquisição e transmissão da língua* 81
- 6.3 *Situações sociais de usos linguísticos* 82
- 6.4 *Escrita, Leitura e Grafias* 85

SEÇÃO 7 Atitudes e representações 88

SEÇÃO 8 Patrimonialização e oficialização 90

SEÇÃO 9 Estabelecimento da escala da vitalidade linguística 91

SEÇÃO 10 Autogestão, revitalização e promoção da língua 94

- 10.1 *Pesquisa, Diagnósticos e Documentação* 96
- 10.2 *Ações de mobilização* 97
- 10.3 *Estratégias e ações para revitalização e promoção da língua* 98

BIBLIOGRAFIA 103

INTRODUÇÃO AO FORMULÁRIO DO INDL

A produção de conhecimento sobre as línguas tem seu escopo definido a partir de algumas temáticas centrais para a metodologia do INDL. Essas temáticas estão sistematizadas em um formulário específico, um dos produtos dos inventários, apresentado nesta SEÇÃO.

O formulário fornece um roteiro básico dos temas de pesquisa, mas não totaliza os processos de inventários ou produtos dos inventários. Como um roteiro, o formulário também não esgota as questões possíveis de investigação para cada tema sugerido. Na verdade, os pesquisadores são encorajados a ir além, cobrindo as questões propostas de cada tema e inovando com outras questões e temas pertinentes à situação sociolinguística específica em que estejam trabalhando. Essas informações adicionais podem ser fornecidas no próprio formulário, em campos específicos de observações e detalhamentos, bem como no relatório de pesquisa que é um dos produtos do INDL.

A função do formulário é sintetizar e organizar o trabalho de pesquisa e baseia-se em questões padronizadas, visando à construção de um banco de conhecimentos sobre a diversidade linguística no Brasil.

O formulário está organizado em 6 módulos, com um conjunto de temas para cada um deles, conforme ilustrado a seguir:

1. IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

- Dados do proponente;
- Identificação da pesquisa;
- Escopo do inventário;
- Documentação de anuência;
- Avaliação sobre as informações fornecidas;
- Identificação da área de abrangência da pesquisa.

2. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

- Identificação das localidades onde a língua é falada;
- Caracterização do território da língua.

3. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

- Identificação da comunidade linguística;
- População da comunidade linguística;
- Caracterização da comunidade linguística.

4. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

- Denominações;
- Modalidade da língua;
- Historicidade;
- Língua e variedades;
- Situação político-jurídica;
- Recursos documentais;
- Pessoas de referência;
- Instituições.

5. DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO

- Falantes;
- Aquisição;
- Transmissão da língua de referência;
- Escrita e leitura;
- Situações de usos;
- Atitudes linguísticas na comunidade;
- Síntese.

6. AVALIAÇÃO DA VITALIDADE LINGUÍSTICA, REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

- Ações de revitalização e promoção;
- Vitalidade linguística

O PRIMEIRO módulo, **IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA**, é de apresentação e inclui dados sobre proponente e metadados. Deve ser respondido uma única vez por pesquisa, mesmo que seja um inventário regional. Já os demais módulos deverão ser respondidos para cada língua a ser reconhecida. Ou seja, se uma pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento sobre uma única língua, ela deverá responder uma única vez a cada um dos módulos. Mas se a pesquisa tem como objetivo a produção de conhecimento sobre cinco línguas, ela irá responder ao módulo PESQUISA uma única vez, e aos demais módulos separadamente para cada uma das cinco línguas.

Os MÓDULOS de 2 a 6 reúnem um conjunto de temas destinados à produção de conhecimentos e cada tema contém uma gama de itens e questões. Todos os temas deverão ser objeto de pesquisa e mobilização social dos inventários. No entanto, nem todos os itens de um tema são minimamente necessários para os **INVENTÁRIOS BÁSICOS**. Outros itens são objetos específicos do **ACERVO DIGITAL** (cf. VOLUME 1).

Para facilitar a visualização do escopo diferenciado entre inventários básicos e amplos, e entre as naturezas de cada item de acervo digital e de preenchimento automático, usamos um sistema de cores para cada tipo de item em particular, conforme ilustrado abaixo:

INVENTÁRIO BÁSICO

INVENTÁRIO AMPLO

ACERVO DIGITAL

Com relação à natureza dos dados, aos procedimentos implícitos para a pesquisa sobre esses dados e ao tipo de resposta requerida, existem dois TIPOS DE INFORMAÇÕES que são solicitados pelos itens do formulário. São eles:

IDENTIFICAÇÃO: *informações objetivas, com respostas sumárias e de caráter horizontal, cuja produção de conhecimento pode ser realizada por observações empíricas em levantamentos de campo, amostragens e/ou estimativas decorrentes de observações e conhecimentos prévios.*

CARACTERIZAÇÃO: *os itens de caracterização tendem a ser um desdobramento dos itens sumários de identificação. São informações com base em análises e sínteses de dados de diferentes naturezas, com respostas de caráter descritivo e ensaístico, cuja produção de conhecimento requer uma combinação de dados empíricos e objetivos com pesquisas em fontes secundárias, holísticas e qualitativas.*

IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Este é o espaço para identificação do proponente, do projeto e de parte dos metadados, ou seja, informações sobre o conteúdo disponibilizado no que diz respeito à sua natureza, fontes, abrangência e metodologia de levantamento. Este módulo não corresponde propriamente a um tema de pesquisa, mas nele estão contidas questões preliminares sobre o modo como a pesquisa foi organizada, além de um conjunto de informações preliminares para informar aos leitores sobre sua natureza.

1. DADOS DO PROPONENTE

Nos campos a seguir, preencha com os dados do responsável pelo inventário: nome da instituição e seu endereço, nome do(s) responsável/veis pela pesquisa, formas de contato (da instituição e do responsável, se possível), o tipo de instituição e as credenciais da equipe, ou seja, um conjunto de informações básicas sobre a experiência dos membros da equipe, sua experiência com a(s) língua(s) inventariada(s) com a(s) comunidade(s) linguística(s) em questão e outras pesquisas correlatas.

Nome da Instituição	
Nome do responsável pela instituição	
Endereço da Instituição	
Nome do responsável pela pesquisa	
Contatos (e-mail e telefone) do responsável pela pesquisa	
Tipo de Instituição (Utilize a tabela de códigos a seguir para indicar o tipo de instituição)	[]

TABELA DE CÓDIGOS – TIPOS DE INSTITUIÇÃO

[1] Associação/Representação de falantes	[6] Instituição Pública Municipal
[2] Terceiro Setor	[7] Ponto de cultura ou similar
[3] Instituição Privada	[8] Instituição Religiosa
[4] Instituição Pública Federal	[9] Fundação
[5] Instituição Pública Estadual/Distrital	[10] Outra (<i>especificar</i>)

CRENCIAIS DA EQUIPE

2. IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

2.1 NOME DE IDENTIFICAÇÃO DA PESQUISA

Identifique no campo abaixo a pesquisa. Sugere-se nomear o projeto a partir da identificação da língua, da comunidade linguística ou de uma região multilíngue. Por exemplo, “Inventário da língua juruna”, “Inventário da região do lavrado de Roraima”, etc.

2.2 OBJETIVO DA PESQUISA

Nos campos abaixo, indique o objetivo da produção de conhecimento apresentada através deste formulário, assim como a(s) língua(s) correspondente(s) cuja inclusão no INDL é solicitada.

<input type="checkbox"/> Produção de conhecimento para inclusão no INDL	De qual/quais língua(s)?
<input type="checkbox"/> Produção de conhecimento de língua já incluída no INDL	De qual/quais língua(s)?
<input type="checkbox"/> Outro. Explique:	Qual? Sobre qual/quais língua(s)?

2.3 IDENTIFICAÇÃO E SÍNTESE DA(S) LÍNGUA(S)

Faça um breve texto descritivo, contendo uma síntese de informações e dados levantados durante a pesquisa sobre as línguas inventariadas, como, por exemplo, nome da língua, região de origem, localidades onde a língua é falada, número estimado de falantes, etc. Crie um novo campo para cada língua inventariada.

Nome da língua:

Síntese:

3. *ESCOPO DO INVENTÁRIO*

Marque com um **X** a opção quanto ao Escopo do Inventário. O inventário básico contém o mínimo necessário para a inclusão no INDL. O inventário amplo contempla produções de conhecimento mais abrangentes sobre uma ou mais línguas. Ambas as possibilidades de inventários possuem a mesma natureza de produtos (formulário, relatório e acervo digital).

Inventário básico

Inventário amplo

4. *DOCUMENTAÇÃO DE ANUÊNCIA*

4.1 *ANUÊNCIA À PESQUISA*

Anexe documentação comprobatória de anuência da comunidade linguística para a realização da pesquisa. Se o proponente for uma organização com representantes da própria comunidade, esse é o espaço para que isso seja informado. Se o proponente for organização de fora da comunidade, faz-se necessária a anexação de documentação impressa ou audiovisual conforme normatização pertinente. Conferir VOLUME 1 para obter informações sobre anuências. O Suporte Metodológico traz exemplos de documentação de anuência.

Upload de arquivo (s) / Anexar arquivos ao formulário impresso

4.2 *PEDIDO DE RECONHECIMENTO*

Anexe documentação (escrita ou audiovisual) em que a comunidade manifeste petição ou concordância para a inclusão da língua no INDL.

Upload de arquivo (s) / Anexar arquivos ao formulário impresso

5. *AVALIAÇÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FORNECIDAS*

Neste item, espera-se que os proponentes realizem uma autoavaliação das informações que inscreverem no formulário quanto à abrangência e à natureza dos

dados, além de fornecer informações sobre fontes e escopo das pesquisas. Demais informações e aprofundamentos sobre metodologia e execução das pesquisas devem ser fornecidas no relatório de pesquisa – sugere-se que as equipes indiquem nos campos de observação do formulário em qual seção do seu relatório estão disponíveis tais dados. Conferir mais informações sobre fontes, abrangência e técnicas de produção de dados no VOLUME 1 do GUIA.

5.1 FONTES DOS DADOS

As perguntas deste item dizem respeito às fontes de dados utilizadas pela pesquisa, isto é, se houve trabalho em campo para geração de dados originais e/ou atualização de dados secundários.

- Houve pesquisa de campo para a produção de dados originais?

Marque com um X a opção adequada.

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

- Quais dados do formulário foram produzidos e/ou atualizados em campo?

Liste os itens do formulário para os quais houve produção de dados originais em campo, ex.: Módulo de Língua – 5.2 Variedades Internas; Módulo Diagnóstico Socio-linguístico – 1. Falantes; 2. Aquisição; 3. Transmissão da língua de referência.

- Com relação aos dados secundários, explique sumariamente:

Preencha com as informações requeridas.

Quais tipos de dados foram atualizados em campo?	
Para quais tipos de dados houve pouca ou nenhuma atualização?	

5.2 FONTE DAS INFORMAÇÕES DO FORMULÁRIO

Os itens a seguir visam a identificar o modo como o levantamento da população da comunidade e do número de falantes foi realizado e os tipos de falantes foram definidos em cada pesquisa.

- Como a população da comunidade foi aferida?

Marque com um X. Pode ser assinalada mais de uma alternativa. No caso da seleção da opção “outros”, pede-se que seja explicado brevemente o tipo de levantamento ou estimativa no quadro de observações.

- Levantamento populacional total
- Estimativa por amostragens
- Estimativa por dados secundários
- outros

OBSERVAÇÕES:

■ **Como o número de falantes foi obtido?**

Marque com um X. Pode ser assinalada mais de uma alternativa. No caso da seleção da opção “outros”, pede-se que seja explicado brevemente o tipo de levantamento ou estimativa no quadro de observações.

- Levantamento populacional total
- Estimativa por amostragens
- Estimativa por dados secundários
- outros

OBSERVAÇÕES:

■ **Como foram aferidos os tipos de falantes?**

Marque com um X. Pode ser assinalada mais de uma alternativa. No caso da seleção da opção “outros”, pede-se que seja explicado brevemente o tipo de levantamento realizado para aferir tipos de falantes no quadro de observações.

- Testes de proficiência
- Autodeclaração
- Pesquisador falante
- Conhecimento geral de pessoa chave
- outros

OBSERVAÇÕES:

5.3 APROFUNDAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Listar as principais áreas do formulário que necessitam de aprofundamento de informações, referenciando o item do formulário correspondente. Neste espaço, os proponentes são convidados a fazer uma autocrítica e informar quais campos do formulário necessitam de pesquisas mais detalhadas e aprofundadas.

ITEM	ESPECIFICAR NECESSIDADE DE APROFUNDAMENTO

6. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Neste item, é identificada a área de abrangência da pesquisa, contemplando sua denominação, sua delimitação geográfica e sua abrangência em relação aos países, estados, municípios e Terras Indígenas (quando for o caso) que a compõem. Conferir SEÇÕES 4 e 5 do VOLUME 1 para questões sobre territorialidade e delimitação geodemográfica da pesquisa.

6.1 NOME PARA IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Exemplos: “Território da Língua Guarani Mbya”; “Comunidade Pomerana do Espírito Santo”, etc.

6.2 A ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA FOI ESCOLHIDA COM BASE:

Assinale a alternativa adequada.

num recorte limitado das localidades de ocorrência de uma única língua (inventário por língua)

na totalidade das localidades de ocorrência de uma única língua (inventário por língua)

numa região com várias línguas (inventário regional)

6.3 DELIMITAÇÃO DA ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Identifique nomeando os países, estados, municípios e Terras Indígenas (quando for o caso) abrangidos pela pesquisa em questão.

	QUANTOS?	QUAIS?
Países		
Estados		
Municípios		
Terras Indígenas		
Territórios Quilombolas		

6.4 IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES DE PESQUISA

No quadro a seguir, utilize linhas diferentes para cada localidade dentro da área de abrangência da pesquisa. Informe o nome da localidade em português, se houve visita in loco pela pesquisa (ou seja, se houve trabalho de campo naquela localidade), as coordenadas geográficas correspondentes para cada localidade, a localização geográfica e as línguas faladas na localidade junto com o número estimado de falantes por língua [inventários amplos]. Utilize quantas linhas forem necessárias para acrescentar mais línguas.

NOME DA LOCALIDADE	VISITA IN LOCO PELA PESQUISA?	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	TIPO DO USO DO SOLO	ESTATUTO JURÍDICO DA LOCALIDADE	LÍNGUAS IDENTIFICADAS NA LOCALIDADE	NÚMERO DE FALANTES POR LÍNGUA IDENTIFICADOS PELA PESQUISA
	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	----- (Lat. (X)) ----- (Long. (Y))	País: Estado: Município:	<input type="checkbox"/> Urbano <input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Unidade de conservação ambiental <input type="checkbox"/> Terra Indígena <input type="checkbox"/> Território Quilombola <input type="checkbox"/> Localidade de litígio fundiário <input type="checkbox"/> Sem estatuto jurídico especial		

Se houver interesse, preencha o formulário de cadastramento para as demais línguas que foram identificadas na área de abrangência de pesquisa, mas que não são objetos desse levantamento.

6.5 ÁREA(S) FOCAL(IS) DA PESQUISA

Se o inventário delimitou uma ou mais áreas focais de pesquisa, identifique-as no quadro abaixo (preencha um quadro para cada área focal delimitada pelo inventário).

Denominação da área focal	
Localidades circunscritas à área focal	
Motivações Por quais razões o inventário delimitou essa área focal? Que tipos de questões de pesquisa ela serviu para responder?	

6.6 MAPA(S)

Anexe/faça o upload de mapas que representem a área de abrangência da pesquisa

[Upload de arquivo \(s\) / Anexar arquivos ao formulário impresso](#)

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

Este módulo do formulário do INDL abrange a identificação dos lugares onde é falada a língua de referência, bem como a delimitação e caracterização do território dessa língua. Além das informações do formulário, as principais localidades de ocorrência da língua também devem ser objeto de documentação audiovisual através da produção de fotos e vídeos. Lembre-se de que a partir desse módulo, os proponentes dos inventários regionais deverão preencher um formulário para cada língua de referência.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS LOCALIDADES ONDE A LÍNGUA É FALADA

Neste espaço, serão identificadas as localidades de ocorrência da língua de referência, dentro da área de abrangência da pesquisa, além daqueles onde a língua ocorre fora da área levantada pela pesquisa.

1.1 LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Assinale a opção adequada. Caso confirme a existência de localidades onde haja falantes da língua de referência fora da área de abrangência da pesquisa e tais localidades sejam conhecidas, preencha o quadro em 1.1.1. Somente preencha o quadro 1.1.1 se estiver seguro das informações fornecidas.

■ **Existem localidades onde há falantes da língua de referência, mas que estão fora da área de abrangência da pesquisa?**

Sim

Não

1.1.1

IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA CONHECIDOS FORA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

NOME DA LOCALIDADE EM PORTUGUÊS	COORDENADAS GEOGRÁFICAS	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	TIPO DO USO DO SOLO	ESTATUTO JURÍDICO DA LOCALIDADE
	---- (Lat. (X))	País:	<input type="checkbox"/> Urbano	<input type="checkbox"/> Unidade de conservação ambiental
	---- (Long. (Y))	Estado:	<input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Terra Indígena
		Município:		<input type="checkbox"/> Território Quilombola
				<input type="checkbox"/> Localidade de litígio fundiário
				<input type="checkbox"/> Sem estatuto jurídico especial

1.2

LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA

Preenchimento automático das localidades de ocorrência da língua de referência conforme listados no Item 6.4 do Módulo de Identificação da Pesquisa (para a versão impressa, copie e cole na tabela abaixo as localidades onde foi identificada a língua de referência). Para inventários amplos, solicita-se o preenchimento do nome de cada localidade na língua de referência (quando houver).

Marque com um X no espaço apropriado as localidades que fazem parte da área correspondente à comunidade de referência da língua. Se a pesquisa não fez uma distinção entre comunidade linguística e comunidade de referência, todas as localidades deverão ser marcadas com um X. Compreende-se a comunidade de referência como os grupos sociais com os quais o inventário teve maior interação, resultando em ações de mobilização social e produção de conhecimentos mais consistentes. Conferir VOLUME 1, SEÇÃO 4, para obter maiores detalhes sobre essas noções.

Nome da localidade em Português	
Nome da localidade na língua de referência	
Faz parte da área ocupada pela comunidade de referência da língua?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Você considera que a língua está em risco nessa localidade?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DA LÍNGUA

2.1 PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

■ A população falante da língua se encontra:

Marque a opção adequada com relação à distribuição geográfica dos falantes da língua de referência.

■ Com relação ao padrão de residência em locais urbanos

Para cada linha, marque a opção adequada com relação à distribuição geográfica dos falantes da língua de referência em relação aos espaços rurais e urbanos.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA

Para todas as localidades na área da comunidade de referência, preencha as informações do quadro abaixo. Utilize um quadro para cada localidade. Utilize o mesmo nome para a localidade que foi utilizado no quadro 6.4 do módulo de identificação da pesquisa.

NOME DA LOCALIDADE	
Demografia Marque um X na resposta apropriada ao lado sobre a proporção do número de falantes vs. de não falantes (incluindo os que não se identificam com a língua de referência)	<input type="checkbox"/> População de falantes da língua é majoritária <input type="checkbox"/> População de falantes da língua é minoritária <input type="checkbox"/> População de falantes e não falantes é equilibrada (+ 50% para cada)
Temporalidade Marque um X na resposta apropriada ao lado sobre o tempo em que a comunidade linguística da língua de referência vive nesta localidade	<input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 25 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 50 anos e mais de 25 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 75 anos e mais de 50 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há menos de 100 anos e mais que 75 anos <input type="checkbox"/> A comunidade reside há mais de 100 anos
Infraestrutura Marque um X nas respostas ao lado (pode escolher mais de uma). Não responda se a localidade for urbana	<input type="checkbox"/> Possui rede de eletricidade <input type="checkbox"/> Possui atendimento permanente de saúde <input type="checkbox"/> Fácil acesso por meios de transporte a centros urbanos
Economia Marque um X na resposta apropriada ao lado sobre a fonte de renda/recursos das pessoas que vivem nesta localidade	<input type="checkbox"/> A população depende basicamente de recursos e/ou empregos locais <input type="checkbox"/> A população depende largamente de fontes de renda oriundas de outros locais
Observações:	

2.2.1 SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA

Sintetizar as características sociais, culturais, geográficas, ecológicas e econômicas da área ocupada pela comunidade de referência da língua para a pesquisa. Ressalte quaisquer fatores de ameaça que possam colocar em risco os grupos sociais que vivam na área pesquisada. Caracterize as localidades de forma apropriada, buscando ressaltar as semelhanças e diferenças entre elas. Se área de pesquisa for muito diversificada, caracterize essa diversidade.

SOCIAIS

GEOGRÁFICAS

ECOLÓGICAS

ECONÔMICAS

SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS SOCIOLINGÜÍSTICAS MARCANTES ENTRE AS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

SÍNTESE DAS SITUAÇÕES DE RISCO PARA A COMUNIDADE LINGÜÍSTICA E A LÍNGUA

2.3 DADOS DO ACERVO DIGITAL SOBRE AS LOCALIDADES

Utilize este item para anexar / fazer o upload de arquivos que caracterizem as localidades de ocorrência da língua: fotos, vídeos, mapas de cada localidade, croquis, etc. Para cada upload, é necessário o informe do nome da localidade, utilizando o mesmo padrão de apresentação das localidades no ITEM 6.4 do Módulo de Identificação da Pesquisa.

NOME DO LOCAL	ANEXAR/ FAZER UPLOAD DE DADOS DO ACERVO DIGITAL SOBRE AS LOCALIDADES

2.4 MAPA(S) DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA LÍNGUA

Apresente um ou mais mapas (esboço, croqui, etc) que represente(m) a distribuição geográfica da língua.

[Upload de arquivo \(s\) / Anexar ao formulário impresso](#)

COMUNIDADE LINGUÍSTICA

1. IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

A comunidade linguística pode ser classificada como:

Marque com um X a classificação adequada para a comunidade linguística.

<input type="checkbox"/> Indígena	Identificar a(s) etnia(s)
<input type="checkbox"/> De imigração	Identificar país/região de origem
<input type="checkbox"/> Afro-brasileira	
<input type="checkbox"/> Outra. Explique	
<input type="checkbox"/> Não-especificada	

2. POPULAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

2.1 POPULAÇÃO IDENTIFICADA NA PESQUISA (COMUNIDADE DE REFERÊNCIA)

Informe, em números absolutos, a população de indivíduos da comunidade de referência identificada pela pesquisa.

2.2 ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO TOTAL

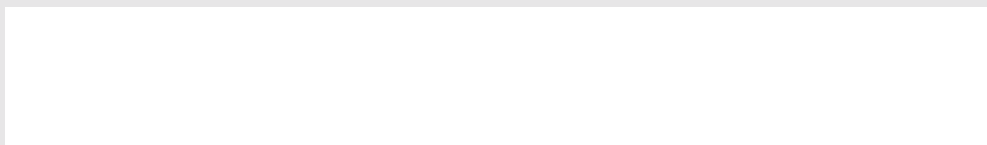
Informe, em números absolutos, a(s) estimativa(s) do total de indivíduos da comunidade linguística (da própria pesquisa e/ou outras pesquisas disponíveis).

3. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Para cada um dos subitens, produza um texto dissertativo que caracterize a comunidade linguística, com base nas questões propostas.

3.1 HISTÓRICO

Sintetize o contexto histórico da comunidade linguística, ressaltando os seguintes aspectos: **deslocamento geográfico** dos falantes (seu território atual e passado); eventos históricos que levaram os falantes a terem **contato com outras línguas**, além de outros aspectos e situações considerados pertinentes para este campo.



3.2 PRESENTE

Faça uma síntese sobre a comunidade linguística atualmente, procurando responder às seguintes questões: quem são os falantes da língua de referência? O que os caracteriza em termos sociais e culturais? Como se dá sua relação com grupos sociais vizinhos e com a sociedade brasileira e de países vizinhos como um todo?



IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

1. DENOMINAÇÕES

Em cada um dos quadros, inclua as denominações correspondentes para a língua e observações dessas nomeações (caso haja). É interessante que os proponentes dos inventários utilizem-se dos quadros de observações para fazer análises mais detalhadas sobre essas nomeações, discutindo possíveis traduções para os termos, explicando etimologias, identificando termos pejorativos, etc. Compreende-se por autodenominações aquelas que a comunidade linguística usualmente utiliza para se referir à língua de referência, o que pode ser diferente da denominação do grupo social. Em heterônimos estão contemplados nomes dados por pessoas de fora da comunidade: outros grupos, nomeação acadêmica, etc. As denominações de ampla circulação (ou seja, os termos mais comuns usados na sociedade para se referir à língua ou ao grupo social de falantes) e para inclusão no INDL (a ser definida em conjunto com a comunidade) podem coincidir desde que assim deliberado pela comunidade linguística e pelas equipes executoras dos inventários. Em geral, ambas também serão encontradas entre os termos de autodenominação ou heterônimos. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 3, para mais orientações sobre essa temática.

AUTODENOMINAÇÕES	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, etc.	
HETERÔNIMOS	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, etc.	

Denominação/denominações de ampla circulação (nome(s) pelo(s) qual/quais a língua é mais conhecida) Poderá repetir denominações dos campos anteriores	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, etc.	
Denominação utilizada neste formulário Denominação aprovada por um corpo representativo da comunidade linguística Poderá repetir denominações dos campos anteriores	
JUSTIFICATIVA	
OBSERVAÇÕES Caracterizar os significados: traduzir, explicar etimologias, identificar termos pejorativos, etc.	

2. MODALIDADE DA LÍNGUA

Marque com um X a opção adequada. As duas modalidades para a classificação das línguas de acordo com sua modalidade: Oral-auditiva – para as línguas cuja transmissão se dá primariamente a partir da oralidade, ou seja, pela comunicação verbal, e Visuo-espacial – cuja transmissão se dá a partir de sinais manuais e não-manuais, tais como expressões faciais e corporais.

<input type="checkbox"/> oral-auditiva
<input type="checkbox"/> visuo-espacial

3. HISTORICIDADE

3.1 A LÍNGUA É FALADA NO TERRITÓRIO NACIONAL HÁ PELO MENOS TRÊS GERAÇÕES?

Marque com um X a opção adequada. Caso a resposta seja não, explique o histórico da presença da língua em território nacional.

<input type="checkbox"/> sim
<input type="checkbox"/> não
OBSERVAÇÕES

3.2 INDIQUE OS MARCOS TEMPORAIS QUE CARACTERIZAM A HISTÓRIA DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Os marcos temporais podem ser provenientes da história oral do grupo e/ou de documentação histórica. É importante que os inventários sejam explícitos sobre a fonte e natureza desses marcos. Os marcos temporais podem ser identificados por tópicos ou por um texto corrido, destacando os marcos temporais principais.

4. CLASSIFICAÇÕES DA LÍNGUA

Marque com X a opção adequada e preencha com as informações requeridas. As línguas deverão ser classificadas em: Afro-brasileira, Crioula (nesses dois casos indicar também as línguas que lhes deram origem), Língua isolada (quando não há línguas aparentadas vivas ou documentadas historicamente) ou ainda através de seu Tronco (se houver) e Família Linguística (é o caso da maior parte das línguas indígenas brasileiras assim como das línguas de imigração). Conferir PARTE 2, SEÇÃO 4, para mais orientações.

<input type="checkbox"/> Língua Afro-brasileira	
<input type="checkbox"/> Crioula	
Indicar as línguas que lhe deram origem:	
<input type="checkbox"/> Língua isolada	
<input type="checkbox"/> Tronco (se houver)	
<input type="checkbox"/> Família Linguística	
Observação/caracterização adicional: Listar as línguas geneticamente mais próximas	
OBSERVAÇÕES GERAIS	

5. LÍNGUA E VARIEDADES

O que são línguas e o que são variedades deverá ser discutido e estabelecido junto às comunidades linguísticas – especialmente devido ao caráter simbólico-político do reconhecimento patrimonial das línguas. O tema “Língua e Variedade” é tratado no VOLUME 1, SEÇÃO 4, bem como no VOLUME 2.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DE LÍNGUAS E VARIEDADES

Responda a questão abaixo para línguas/variedades que possam ser interpretadas como sendo uma mesma língua com a língua de referência a partir dos critérios discutido no VOLUME 2. Responda apenas com relação às línguas e variedades que são reconhecidas pela comunidade linguística. Identifique-as por meio de uma forma de denominação (autodenominação ou proposta pelo inventário) e classifique-as conforme as perguntas abaixo.

Utilize uma tabela nova para cada outra língua ou variedade

Denominação da variedade/língua	
Localidades ou regiões onde é falada	
A equipe tem produzido dados e trabalhado com a comunidade de falantes dessa variedade/língua	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
O levantamento considera esta variedade/língua como uma...	<input type="checkbox"/> Mesma língua com relação à língua de referência <input type="checkbox"/> Língua diferente com relação à língua de referência
Identificação sociolinguística	<input type="checkbox"/> Falada por um segmento social da comunidade linguística (como subgrupo, clã, falas de diferentes localidades do mesmo grupo social,) <input type="checkbox"/> Falada por pessoas consideradas de outro grupo social pela comunidade linguística (como pessoas de origem histórica diferente, de outra etnia ou consideradas como outros povos ou tribos)
Grau de inteligibilidade: esta língua/variedade é	<input type="checkbox"/> 1-Totalmente inteligível com a língua de referência <input type="checkbox"/> 2-Quase totalmente inteligível <input type="checkbox"/> 3-Parcialmente inteligível (ou com sérias dificuldades de inteligibilidade) <input type="checkbox"/> 4-Não é inteligível com a língua de referência
Grau de percepção dos falantes	<input type="checkbox"/> 1-Falantes conseguem identificar algumas diferenças características de sotaque e léxico (ex. o português do recôncavo baiano e do interior de São Paulo) <input type="checkbox"/> 2-Falantes reconhecem diferenças mais perceptíveis de sotaque, léxico e gramática (ex. português do Brasil e português de Portugal) <input type="checkbox"/> 3-Falantes reconhecem algumas semelhanças, mas são bem mais perceptíveis as diferenças (ex. o português e o espanhol) <input type="checkbox"/> 4-Falantes conseguem perceber poucas semelhanças, mas em geral entende-se pouquíssimo ou quase nada, (ex. o português e o francês)
OBSERVAÇÕES:	

5.2 CARACTERIZAÇÃO DAS LÍNGUAS E VARIEDADES IDENTIFICADAS

No que concerne às línguas identificadas como uma **MESMA LÍNGUA** em relação àquela de referência, descreva os principais elementos estruturais que as diferencia (por exemplo, a fonologia segmental, a prosódia, o léxico, a morfologia e a sintaxe)?

Utilize o quadro abaixo para identificar sucintamente tais elementos

No que concerne às línguas identificadas como **LÍNGUAS DIFERENTES** em relação àquela de referência, diga se há propostas na literatura especializada que tenham uma interpretação divergente, ou seja, que as classificam como variedades de uma mesma língua?

Utilize o quadro abaixo para identificar tais propostas e resumir seus argumentos

[] Não

[] Sim

Identificação e resumo das propostas:

5.3 DOCUMENTAÇÃO DA PESQUISA SOBRE LÍNGUAS E VARIEDADES

Faça o upload ou escreva o link no quadro abaixo dos arquivos que apresentem os principais instrumentos e produtos utilizados na documentação, levantamentos e discussão com a comunidade sobre línguas e variedades.

[Links para arquivos com dados de pesquisa sobre línguas e variedades](#)

6. SITUAÇÃO POLÍTICO-JURÍDICA

Nos itens apresentados a seguir, identifique a situação das línguas com relação a leis de oficialização e/ou patrimonialização existentes. Identificar línguas que tenham passado, estejam passando ou que ainda não foram objeto de leis de patrimonialização ou oficialização é uma importante ferramenta para se conhecer a diversidade desses instrumentos no território nacional e acompanhar as ações decorrentes desses processos, bem como sua efetividade.

6.1 OFICIALIZAÇÃO

Identifique, caso exista, o estatuto da língua com relação a leis de oficialização, utilizando-se das categorias propostas e indicando municípios e/ou estados dessas ações no primeiro quadro. No segundo, caracterize as leis existentes, identificando-as através de uma breve descrição e de seu número, data e local de publicação,

além do hyperlink (caso esteja disponível na internet).

	UF	MUNICÍPIOS
<input type="checkbox"/> Língua Oficial		
<input type="checkbox"/> Língua em processo de oficialização		
<input type="checkbox"/> Língua não-oficial		
Identificação das leis (breve descrição)	Nº do processo/publicação/hyperlink (se houver)	

6.2 PATRIMONIALIZAÇÃO

Identifique, caso exista, o estatuto da língua com relação a leis de patrimonialização, utilizando-se das categorias propostas e indicando municípios e/ou estados dessas ações no primeiro quadro. No segundo, caracterize as leis existentes, identificando-as através de uma breve descrição e de seu número, data e local de publicação, além do hyperlink (caso esteja disponível na internet).

	UF	MUNICÍPIOS
<input type="checkbox"/> Língua reconhecida como patrimônio		
<input type="checkbox"/> Língua em processo de reconhecimento patrimonial		
<input type="checkbox"/> Língua sem reconhecimento patrimonial		
Identificação das leis (breve descrição)	Nº do processo/ publicação/ hyperlink (se houver)	

6.3 CARACTERIZAÇÃO DAS LEIS E ESTADO ATUAL DE REGULAMENTAÇÃO

Caracterizar as leis de oficialização e patrimonialização, discutindo sua abrangência e estado atual de implementação. Indicar também seu estado atual de regulamentação (caso tenham sido), referindo o número dos processos e publicações, com breve descritivos e hyperlinks dos mesmos (se houver).



6.4 FAC-SÍMILES DOS DOCUMENTOS

Anexar ao formulário / Fazer upload de documentos completos de co-oficialização e patrimonialização

7. RECURSOS DOCUMENTAIS

Os recursos documentais estão divididos entre recursos na língua – quando a língua de referência é o principal código linguístico utilizado – e recursos sobre a língua – quando a língua de referência e a comunidade linguística são o tópico do documento feito em outra língua. Assim, os principais tipos de documentos listados na e sobre a língua são: produção bibliográfica (livros, panfletos, etc., incluindo materiais didáticos), produção áudio visual (documentários, filmes), produção musical (canções entre outras) e produções na internet – que devem incluir todos os documentos listados e que estejam numa plataforma WEB, além de produtos únicos na internet, como blogs, websites, páginas em redes sociais, vídeos, etc.

7.1 PRODUÇÕES DOCUMENTAIS

Identifique e liste as principais produções documentais na e sobre a língua, incluindo, com a referência bibliográfica completa.

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA NA LÍNGUA (INCLUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS)

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A LÍNGUA (INCLUINDO MATERIAIS DIDÁTICOS)

PRODUÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO NA LÍNGUA

PRODUÇÃO EM ÁUDIO E VÍDEO SOBRE LÍNGUA

PRODUÇÃO MUSICAL NA LÍNGUA

PRODUÇÃO NA LÍNGUA DISPONÍVEL NA INTERNET

PRODUÇÃO SOBRE A LÍNGUA DISPONÍVEL NA INTERNET

7.2 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Selecionar e comentar as principais referências documentais na e sobre a língua

REFERÊNCIAS	COMENTÁRIOS

Anexar / Fazer upload documentos digitalizados

7.3 DISPONIBILIDADE DAS PRODUÇÕES DOCUMENTAIS NA COMUNIDADE

Comente sobre a disponibilidade e acesso dos documentos identificados pela comunidade linguística. A pergunta básica seria “a comunidade tem acesso a essa documentação?”

8. PESSOAS DE REFERÊNCIA

Assim como os recursos documentais, identificar as pessoas de referência para as línguas é fundamental para se conhecer e subsidiar ações de valorização e promoção das línguas nas comunidades. Os inventários deverão identificar dois tipos principais de pessoas de referência para as línguas: FALANTES DE REFERÊNCIA e ESPECIALISTAS.

8.1 PRINCIPAIS FALANTES DE REFERÊNCIA

Identifique os principais falantes de referência da língua, como por exemplo, sabedores; professores falantes da língua; autores; cantores/músicos; intelectuais/acadêmicos/especialistas membros da comunidade, entre outros. Liste os nomes e contatos dos principais falantes de referência, e, se possível, caracterize esses falantes, ou seja, informe com maiores detalhes quem são essas pessoas, sua trajetória de vida e o que as torna falantes de referência para a língua. Neste espaço também cabem registros audiovisuais desses falantes, seja a partir da realização de entrevistas sobre diversos temas ou mesmo uma curta biografia de suas vidas contada por eles mesmos.

LISTA DE NOMES/ CONTATOS	CARACTERIZAÇÃO DAS PESSOAS	ANEXAR/ FAZER UPLOAD ENTREVISTAS/RETRATOS COM FALANTES DE REFERÊNCIA NO ACERVO DIGITAL

8.2 ESPECIALISTAS E DEMAIS PESSOAS ENVOLVIDAS EM PESQUISA E AÇÕES

Identificação de especialistas (linguistas, antropólogos, educadores) e outras pessoas envolvidas em pesquisas e demais ações de valorização e promoção da língua. Os especialistas podem ser identificados entre pessoas de dentro ou de fora da comunidade. Em geral, devem incluir pesquisadores (linguistas, antropólogos, educadores) ou outras pessoas envolvidas em pesquisas e demais ações de valorização e promoção do saber sobre a comunidade linguística e sua língua de referência. Devem ser identificados seus nomes, seus contatos (inclusive instituição a que pertencem) e uma lista sumária de atividades que realizam.

NOME	CONTATOS	SÃO MEMBROS DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA?	PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE REALIZA
		<input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim	

9. INSTITUIÇÕES

9.1 ESCOLA

A seguir, são propostas duas questões básicas para se avaliar a relação entre escola e língua: LÍNGUA COMO DISCIPLINA e LÍNGUA DE INSTRUÇÃO.

■ Professores e materiais didáticos

Marque com um X as opções que se aplicam à língua de referência

HÁ PROFESSORES QUE FALAM A LÍNGUA DE REFERÊNCIA?

- não
- sim, todos ou a grande maioria
- sim, mas há muitos professores que não falam a língua

HÁ MATERIAIS DIDÁTICOS NA E SOBRE A LÍNGUA DE REFERÊNCIA

- sim, em boa quantidade e/ou qualidade
- sim, mas existem ainda muito poucos e/ou de baixa qualidade
- não

OBSERVAÇÕES

■ Informações sobre escolas na comunidade de referência

Neste item, sugere-se o fornecimento de informações sobre todas as escolas situadas na comunidade de referência. As informações básicas são: nome da escola, localização da escola entre as localidades de ocorrência da língua, níveis escolares

contemplados, se a escola tem programas especiais como intercultural, bilíngue ou “diferenciado”. Em seguida, pede-se que os proponentes dos inventários forneçam informações sobre em que língua ocorre a alfabetização, qual(is) a(s) língua(s) de instrução na escola, ou seja, qual a língua usada para se ensinar as diferentes disciplinas escolares, e se a língua de referência consta como uma disciplina escolar. Além de identificar se esse é o caso, deve-se indicar o nome da disciplina no currículo escolar, indicar para quais anos/séries a disciplina é oferecida e em qual/quais escola(s) e localidade(s) ela é ensinada, além de apresentar uma breve descrição sobre o que trata essa disciplina. Sugere-se utilizar o quadro de observações para inclusão de demais considerações pertinentes. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 9.3, para mais orientações questões relativas à educação escolar.

Utilize uma tabela como esta para cada escola

Nome da Escola	
Local	
Níveis contemplados	<input type="checkbox"/> Ensino Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio
Possui educação intercultural, bilíngue ou diferenciada?	<input type="checkbox"/> Sim. Explique: <input type="checkbox"/> Não
Língua de Alfabetização	<input type="checkbox"/> Português <input type="checkbox"/> Língua de Referência <input type="checkbox"/> Outra. Explique:
Língua de Instrução	<input type="checkbox"/> A língua de referência é usada na instrução escolar <input type="checkbox"/> O Português é a única língua usada na instrução escolar
Língua como disciplina	<input type="checkbox"/> A língua de referência não é uma disciplina escolar <input type="checkbox"/> O ensino da língua de referência é na verdade de uma variedade padrão que não é a mesma falada pela comunidade (responda as questões abaixo) <input type="checkbox"/> A língua de referência é um disciplina escolar (responda as questões abaixo)
A partir de qual ano escolar?	
Até que ano escolar?	
Com que regularidade/frequência no ano escolar	
Breve descrição do que trata a disciplina	
OBSERVAÇÕES	

■ Contexto escolar. Identificar se a situação atual das escolas está:

Classifique numa escala se a situação das escolas é favorável, indiferente ou desfavorável à promoção do uso da língua de referência na escola. A isso, segue-se um campo de justificativa: forneça outros detalhes não mencionados ainda e caracterize de modo geral a situação escolar.

<input type="checkbox"/> Favorável à promoção do uso da língua de referência na escola
<input type="checkbox"/> Indiferente à promoção do uso da língua de referência na escola
<input type="checkbox"/> Desfavorável à promoção do uso da língua de referência na escola
Justificativa e caracterização (se houver) das situações desfavoráveis para a promoção da língua no contexto escolar:

9.2 DEMAIS SERVIÇOS PÚBLICOS

Identificar quais são os serviços públicos que são oferecidos na língua. Marque quantas opções forem necessárias.

<input type="checkbox"/> Saúde	Observações:
<input type="checkbox"/> Prefeitura	Observações:
<input type="checkbox"/> Outros	Observações:

9.3 OUTRAS INSTITUIÇÕES

Identificar se há e quais são as instituições que atuam no território da língua e se suas atividades apoiam o uso da língua de referência, quais são e de que maneira o fazem. Enfatizar os tipos de instituições que são vetores para a promoção da língua de referência. Identifique o tipo de organização, se ela é de dentro ou de fora da comunidade, e quais tipos de atividades ligadas à promoção da língua elas promovem.

	IDENTIFICAÇÃO (NOME E ENDEREÇO)	PROCEDÊNCIA	ATIVIDADES REALIZADAS	OBSERVAÇÕES
Associações Representantes		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Organização governamentais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Organismos internacionais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
ONGs nacionais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
ONGs internacionais		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Religiosas/ missionárias		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Grupos/Coletivos de cultura		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		
Outros:		<input type="checkbox"/> de fora da comunidade <input type="checkbox"/> de dentro da comunidade		

9.4 ORGANIZAÇÕES QUE AMEAÇAM A LÍNGUA E A CULTURA DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Indicar se há, quais são e o que fazem organizações que – na opinião deste dos proponentes do inventário – possam ser um fator de ameaça para a língua e para a cultura da comunidade.

INSTITUIÇÃO	O QUE TEM SIDO DESENVOLVIDO	RESULTADOS OBTIDOS

DIAGNÓSTICO SOCIOLINGUÍSTICO¹

Este módulo contém questões relativas à língua de referência e à comunidade linguística que se mesclam, de modo a caracterizar a língua em relação ao contexto sociolinguístico mais amplo da comunidade. Muitas das questões a serem discutidas envolvem técnicas de recenseamento linguístico ou, de modo mais geral, o que chamamos de levantamento demográfico.

1. FALANTES²

Nesta SUBSEÇÃO são apresentados resultados ou estimativas da quantidade de falantes da língua de referência e de outras línguas, contando com uma breve caracterização dessas situações de contato entre línguas em nível individual: quantidade de sujeitos monolíngues (falantes de apenas uma língua, sendo essa a língua de referência ou outras), bilíngues (falantes de duas línguas) e plurilíngues (falantes de três ou mais línguas).

1.1 NÚMERO DE FALANTES DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Preencha o quadro a seguir com as informações requeridas sobre a quantidade de falantes das línguas de referência (em números absolutos). Quando a comunidade de referência for um recorte da comunidade linguística, preencher também a terceira coluna à direita. Conferir orientações específicas sobre proficiência e definições de falantes na PARTE 2, SEÇÃO 2, deste GUIA.

1. Este módulo contém várias questões que devem ser respondidas somente por inventários amplos, pois requerem aplicação extensiva e intensiva de técnicas de pesquisa como o levantamento demográfico.

2. O VOLUME 1 traz as definições sobre os tipos de falantes e a PARTE 2, SEÇÃO 2, deste VOLUME traz instruções para a definição de proficiência linguística e sua correspondência aos tipos de falantes.

	NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)
Número de falantes		
Nº de falantes parciais		
Nº de não-falantes		

1.2 ESTIMATIVA DE INDIVÍDUOS MONOLÍNGUES NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Indique em números absolutos a estimativa para os falantes monolíngues, considerando as línguas faladas dentro da comunidade. Crie novas linhas para inserir novas línguas. Utilize o campo de observações para complementar as informações, bem como para discutir e/ou justificar as quantidades indicadas.

■ Qual a estimativa de falantes monolíngues?

	NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)
Na língua de referência		
Em português		
Nas demais línguas faladas no território		

OBSERVAÇÕES:

1.3 ESTIMATIVA DE INDIVÍDUOS BILÍNGUES NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Indique em números absolutos a estimativa para os falantes bilíngues na comunidade pesquisada em relação a cada uma das possibilidades indicadas a seguir (língua de referência + português e/ou língua de referência + outra língua que não o português). Utilize o quadro de observações para incluir informações adicionais e/ou para justificar/discutir as estimativas apresentadas.

■ **Entre os falantes da língua de referência...**

	NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)
Quantos também falam português?		
Quantos também falam uma outra língua? Informe a língua		
OBSERVAÇÕES:		

1.4 **CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÕES DE PLURILINGUISMO**

Responda às questões a respeito de indivíduos plurilíngues nos campos a seguir.

■ **Quantos são os indivíduos na comunidade que falam três ou mais línguas?**

Utilize números absolutos para apresentar a estimativa.

NA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA (SOMENTE O QUE FOI CONTABILIZADO PELA PESQUISA)	NA COMUNIDADE LINGUÍSTICA (UMA ESTIMATIVA TOTAL)

■ **Quais são as línguas mais comuns faladas por indivíduos que dominam mais de duas línguas**

Indique as combinações de línguas em indivíduos plurilíngues mais frequentemente identificadas na comunidade.

2. **AQUISIÇÃO**

Aquisição é um tema que se desdobra em duas questões. A primeira diz respeito a que línguas são adquiridas como primeira ou segunda língua na comunidade. Apresente-as hierarquicamente e, se necessário, indique mais de uma língua na mesma posição. A segunda questão diz respeito às formas de aquisição da segunda língua pelos membros da comunidade. Conferir PARTE 2, SUBSEÇÃO 6.2, para maiores informações.

■ **Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?**

Indique mais de uma língua em cada posição, se necessário.

Língua 1
Língua 2
Língua 3

■ **Qual língua é mais comumente aprendida como segunda língua?**

Indique mais de uma língua em cada posição, se necessário.

Língua 1
Língua 2
Língua 3

■ **Para as línguas adquiridas como segunda língua, indique:**

Preencha com as informações requeridas quanto à aquisição da segunda língua: i.) identifique a língua através de seu nome; ii) em que fase da vida ocorre a aquisição dela (na infância, na idade escolar, na fase adulta, etc.); (iii) e em que situações sociais (onde e com quem) a língua é geralmente adquirida (em casa com os pais, nas ruas com amigos, na escola, etc.). Crie novas tabelas para incluir mais línguas se necessário.

LÍNGUA:	
Em que fase da vida dos indivíduos a língua é adquirida?	
Em que contextos sociais ela está sendo adquirida?	

■ **Há diferenças notáveis entre a aquisição da língua de referência em diferentes localidades investigadas?**

No quadro abaixo identifique as localidades e em que elas se diferenciam.

--

3. TRANSMISSÃO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Esta SUBSEÇÃO contém duas entradas distintas de dados: na primeira são requeridos os números absolutos e percentual de falantes fluentes, parciais e não falantes em cinco faixas etárias. A segunda questão é focada na transmissão da língua de referência para a qual cada inventário indicará o grau correspondente dentre aqueles apresentados, além de uma breve justificativa para a seleção do grau (no quadro observações).

3.1 TAXA DE TRANSMISSÃO

Com base em seu levantamento demográfico, indique os tipos de falantes para cada faixa etária em números absolutos e porcentagem. Na SEÇÃO 5.5 do VOLUME 1 trazemos algumas sugestões caso a identificação da idade dos indivíduos seja um problema para certos inventários.

	FALANTES FLUENTES [1]		FALANTES COM PROFICIÊNCIA PARCIAL [2]		NÃO FALANTES [3]	
	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL	Nº ABSOLUTO	PERCENTUAL
INFÂNCIA 0-12						
JUVENTUDE 13-25						
ADULTA I 26-40						
ADULTA II 41-60						
IDOSO +60						

3.2 GRAU DE TRANSMISSÃO DA LÍNGUA

Indique o grau de transmissão da língua marcando um X na opção adequada. Propomos quatro níveis para a transmissão da língua, definidos da seguinte maneira: i) estável; ii) em crise; iii) em retomada de crescimento; iv) interrompida. Utilize o quadro de observações para outras considerações bem como para a discussão/ análise do grau selecionado. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 6.2, para mais orientações sobre os níveis.

<input type="checkbox"/> Estável
<input type="checkbox"/> Em crise
<input type="checkbox"/> Em retomada de crescimento
<input type="checkbox"/> Interrompido
OBSERVAÇÕES:

4. ESCRITA E LEITURA

4.1 SITUAÇÃO DE GRAFIAS NA LÍNGUA

4.1.1 IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE GRAFIAS

Identificar se a língua está atualmente sem grafia, se possui uma grafia ou se possui múltiplos modelos de grafias (e quantas).

<input type="checkbox"/> sem grafias (ágrafa)
<input type="checkbox"/> com uma grafia
<input type="checkbox"/> com múltiplos modelos de grafias. Quantas?

4.1.2 CARACTERIZAR AS GRAFIAS EXISTENTES

Deve-se produzir um diagnóstico sumário com base nas respostas às questões da tabela abaixo. Se houver mais de uma grafia, identifique cada uma com uma denominação única. Para cada grafia, utilize uma linha diferente da tabela.

Denominação da grafia	
Quem elaborou? Quando? Com que propósito?	
Está sendo usada na alfabetização? Quem ensina? Onde?	
Quem a usa atualmente na comunidade?	
É relevante para que tipos de produtos escritos?	

4.1.3 CONTRASTAR AS GRAFIAS EXISTENTES

Utilize o quadro abaixo para contrastar as diferentes grafias, tanto sob um ponto de vista sobre o sistema de representação gráfica da língua, quanto eventuais problemas e demais diferenças entre elas

--

4.2 TEXTOS ESCRITOS PRODUZIDOS PELA COMUNIDADE

Neste tópico estão contemplados diagnósticos sobre os tipos de textos produzidos na comunidade linguística, focando na língua de referência e no português.

As pessoas da comunidade costumam escrever na sua própria língua?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Quais tipos de textos?	
Há quanto tempo existe o uso da escrita na língua de referência pela comunidade?	<input type="checkbox"/> Há menos de 25 anos <input type="checkbox"/> Há mais de 25 anos e menos de 75 anos <input type="checkbox"/> Há mais de 75 anos
Pode-se dizer que existe uma tradição de textos escritos em diferentes gêneros discursivos na comunidade?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Comente a questão anterior se sua resposta for “sim”:	
As pessoas da comunidade costumam escrever em português?	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim
Quais tipos de textos?	

Comente sobre as principais diferenças entre a prática de escrita e leitura na língua portuguesa e na língua de referência da comunidade

4.3 PAISAGEM LINGUÍSTICA

Na tabela abaixo, responda a questão de múltipla escolha com relação à paisagem linguística nas localidades onde vivem seus falantes, ou seja, como se dá a presença de textos escritos expostos de forma visível e acessível nos principais ambientes de circulação pública na comunidade.

Quais são os principais tipos de textos escritos que costumam estar expostos na paisagem linguística das localidades de ocorrência da língua de referência	<input type="checkbox"/> Cartazes, faixas, banners e cartolinas <input type="checkbox"/> Letreiros em estabelecimentos públicos <input type="checkbox"/> Letreiros em estabelecimentos comerciais e privados <input type="checkbox"/> Placas de trânsito, de turismo ou outras formas de sinalização em vias de circulação pública <input type="checkbox"/> Inscricões em cemitérios, muros, edifícios, paredes, rochas, árvores, etc. <input type="checkbox"/> Outros. Explique: <input type="checkbox"/> Nenhum (não há textos escritos na língua de referência expostos publicamente)
--	--

4.4 PROFICIÊNCIA EM ESCRITA E LEITURA

Nas tabelas a seguir, indique a quantidade de indivíduos com relação às habilidades de leitura e escrita na **língua de referência** (a) e em **português** (b). Assumimos três níveis de proficiência: pleno, parcial e nulo. Leitura e escrita devem ser avaliadas separadamente. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 2, para mais orientações sobre proficiência em escrita e leitura.

■ Língua de referência

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA	LEITURA		ESCRITA	
	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA
Pleno				
Parcial				
Nulo				
OBSERVAÇÕES				

■ Português

NÍVEL DE PROFICIÊNCIA	LEITURA		ESCRITA	
	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA	Nº ABSOLUTO	ESTIMATIVA EM RELAÇÃO À COMUNIDADE LINGUÍSTICA
Pleno				
Parcial				
Nulo				
OBSERVAÇÕES				

5. SITUAÇÕES DE USOS³

5.1 LÍNGUA MAIS FREQUENTE

- Qual língua é mais frequentemente usada nas situações cotidianas na comunidade?

Marque mais de uma se necessário. Crie uma hierarquia no caso de mais de uma língua: comece com a mais frequente e termine com a menos frequente. Este item pode ser respondido com base em um levantamento demográfico ou por conhecimentos gerais de pessoas-chave e observação etnográfica.

Língua 1
Língua 2
Língua 3

5.2 SITUAÇÕES COMUNICATIVAS

Discuta as diferentes situações comunicativas cotidianas na comunidade linguística tomando como base os seguintes pontos:

- Qual língua é usada em cada situação
- Qual o Âmbito/Local onde cada situação ocorre
- Quais são os interlocutores (como quem se fala) em cada situação
- Qual o meio de cada situação: Meio Oral/Sinal; Meio Escrito; Meio eletrônico (computador, internet, redes sociais, celular, etc.)

Anexar documentação dos usos linguísticos cotidianos no acervo digital

5.3 DINÂMICA DOS USOS DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA:

Para esta questão, classifique a situação dos usos da língua de referência numa escala conforme as definições a seguir, escolhendo a mais apropriada. Em seguida, no campo “Justificativa e detalhamentos”, preencha com breves informações sobre a escolha do grau, além de outras considerações e análises pertinentes ao tema. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 6, para maiores orientações sobre esta temática.

3. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 6, para maiores orientações sobre esse tema.

Identifique como está a situação dos usos da língua de referência a partir de um dos níveis abaixo:

[4] Uso em expansão

[3] Uso estável

[2] Uso em retração

[1] Uso restrito

[0] Uso interrompido

Justificativa e detalhes:

- Crie um quadro adicional para o português ou outra língua comunidade caso seja necessário

5.4 USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA⁴

5.4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS USOS ESPECIAIS

Identifique os tipos de usos especiais da língua de referência, ou seja, aqueles marcados por um valor cultural especial, destacados dos demais usos cotidianos na língua devido ao fato de ocorrerem em domínios sociais especiais e implicarem em uma manipulação dos repertórios linguísticos de forma diferenciada (tipos de cantos, tipos de narrativas, tipos de diálogos cerimoniais, etc. Cf. seção 6 do VOLUME 2). Faça a identificação baseada na autoidentificação da comunidade. Indique o nome (crie um se necessário), faça uma breve descrição das características formais e dos conteúdos expressos por esse tipo de uso e o domínio social no qual ocorre (onde/quando), como por exemplo, em festas tradicionais, no ambiente privado ou público, etc.

NOME OU OUTRA FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DOS USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS	BREVE DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS FORMAIS E DOS CONTEÚDOS DE CADA USO	SITUAÇÕES SOCIAIS ONDE TENDEM A OCORRER E PESSOAS QUE DOMINAM ESSA FORMA DE USO LINGUÍSTICO	ANEXAR / FAZER UPLOAD ARQUIVOS NO ACERVO

4. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 6, para maiores orientações sobre esta temática.

5.4.2 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL DOS USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS

Responda as questões a seguir para cada uso especial da língua identificado na questão anterior.

USO LINGUÍSTICO ESPECIAL	QUAL A PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS QUE CONHECEM ATUALMENTE ESSE TIPO DE USO?	QUAL A FREQUÊNCIA RELATIVA QUE AS PESSOAS PRATICAM ESSE TIPO DE USO LINGUÍSTICO?	COMO ESTÁ A TRANSMISSÃO DESSE TIPO DE USO LINGUÍSTICO?
	<input type="checkbox"/> Muitas pessoas <input type="checkbox"/> Poucas pessoas <input type="checkbox"/> Ninguém	<input type="checkbox"/> Menos do que antigamente <input type="checkbox"/> Mais do que antigamente	<input type="checkbox"/> Não há pessoas aprendendo <input type="checkbox"/> Há um número decrescente de pessoas aprendendo <input type="checkbox"/> Há um número crescente de pessoas aprendendo

UTILIZE A TABELA ABAIXO PARA ESCLARECER A SITUAÇÃO ATUAL DOS USOS LINGUÍSTICOS ESPECIAIS

6. ATITUDES LINGUÍSTICAS DA COMUNIDADE

Nesta SEÇÃO estão explícitas duas questões sobre atitudes linguísticas dos falantes frente à língua de referência, mas vale lembrar que tais questões estão dispersas por todo o formulário, já que essa é a natureza do tema. Nos dois itens a seguir, espera-se que seja apresentado e discutido como as línguas funcionam (ou não) como referência cultural, como elemento de distinção e marcador de identidade(s) dos grupos. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 7, para maiores orientações sobre esse tema.

6.1 GRAU DE ATITUDES DOS FALANTES COM RELAÇÃO À LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Marque com um X a opção mais adequada, conforme as categorias propostas. Utilize o quadro de observações para problematizar a escolha e apresentar outros detalhes acerca do tema.

<input type="checkbox"/> Extremamente Positiva	A comunidade tem a língua como um importante valor sociocultural e procura se organizar para garantir o fortalecimento e a expansão dos usos sociais da língua
<input type="checkbox"/> Positiva	A comunidade tem a língua como um valor sociocultural e gostaria de vê-la sendo transmitida para as novas gerações
<input type="checkbox"/> Indiferente	A língua não é uma questão importante para a comunidade
<input type="checkbox"/> Negativa	A comunidade não tem a língua como um valor cultural, e, em geral, é contra iniciativas para apoiar a transmissão da língua na comunidade
<input type="checkbox"/> Dividida	A comunidade encontra-se dividida: uma parte da comunidade tem uma visão positiva e outra uma visão negativa ou indiferente da língua
OBSERVAÇÕES	

6.2 ATITUDE EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS LÍNGUAS

Caracterize em um texto analítico sucinto a atitude da comunidade linguística sobre as outras línguas faladas em seu território, incluindo o português (caso essa língua seja falada). Mencione, quando possível, exemplos de situações de contato linguístico, como empréstimos, diglossias, code-switching, etc.

[Anexar / Fazer upload entrevistas/reuniões com falantes de referência](#)

7. SÍNTESE

7.1 LÍNGUA DOMINANTE NO TERRITÓRIO DA LÍNGUA DE REFERÊNCIA

Nesse momento, qual ou quais língua(s) a pesquisa identifica como dominante para a vida cotidiana e valores culturais na comunidade, incluindo os fatores consideradas nesse diagnóstico (aquisição, transmissão, usos, atitudes)? É possível estabelecer uma hierarquia entre as línguas nesse sentido?

Essa questão é uma síntese de todo o item “usos linguísticos”. Para responder essa questão sugerimos que a relevância social da língua seja avaliada com base nos seguintes critérios: 1) Demografia; 2) Aquisição; 3) Domínios sociais; 4) Valor cultural. Conferir PARTE 2 SEÇÃO 6, para maiores orientações sobre esta temática.

Língua 1	
Língua 2	
Língua 3	
Justificativa:	

7.2 PANORAMA DAS LÍNGUAS EM CONTATO

No campo abaixo, apresente uma breve análise e discussão de como diferentes línguas coexistem na área de abrangência da pesquisa. Utilize como guia as questões abaixo, além de outras consideradas pertinentes.

- Há uma quantidade considerável de indivíduos bilíngues ou plurilíngues?
- As famílias nucleares e as comunidades tendem a ser multilíngues?
- Existem uma ou mais línguas francas para a comunicação entre os grupos?
- Como as diferentes línguas circulam nos espaços de convivência social na região?
- Há línguas que estão em risco devido ao aumento no uso de outras línguas?
- Há elementos linguísticos e/ou comportamentos verbais recorrentes entre as línguas? Quais?

AVALIAÇÃO DA VITALIDADE LINGUÍSTICA, REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

Este módulo do formulário consolida o diagnóstico da vitalidade linguística e das ações existentes e futuras de valorização e promoção da língua.

1. AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

Nos campos a seguir, identifique e caracterize ações de valorização e promoção da língua de referência já existentes e outras indicadas pela comunidade como demandas. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 9, para maiores orientações sobre o tema.

1.1 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO

■ Identifique e caracterize as principais ações de valorização e promoção que a língua possui atualmente

No quadro a seguir, utilizando quantas linhas forem necessárias, identifique as ações de valorização ou promoção nas quais a língua esteja envolvida atualmente ou que tenham ocorrido recentemente. Para tal, denomine a ação (como encontro de falantes; oficinas para elaboração de material didático; etc); os atores envolvidos, ou seja, quem participa dessas ações, como professores; agentes de saúde; etc; as atividades desempenhadas e demais observações pertinentes a essas ações.

DENOMINAÇÃO DA AÇÃO	ATORES ENVOLVIDOS	ATIVIDADES DESEMPENHADAS	OBSERVAÇÕES

1.2 PROPOSTAS DA COMUNIDADE PARA A SALVAGUARDA DA LÍNGUA

■ Identifique, em quantas linhas forem necessárias, as propostas da comunidade para a salvaguarda da língua, explicitando para cada uma delas a sua justificativa, seu nível relativo de prioridade em relação às demais demandas, as ações necessárias esperadas, os atores potenciais (quem seria mobilizado para tal iniciativa), as pessoas ou instituições a quem devem ser encaminhadas as demandas e demais observações pertinentes.

PROPOSTAS	JUSTIFICATIVA	PRIORIDADE	AÇÕES NECESSÁRIAS	PESSOAS OU INSTITUIÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS AS DEMANDAS	OBSERVAÇÕES
		<input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Baixo			

2. VITALIDADE LINGUÍSTICA

A classificação das línguas na escala de vitalidade linguística deve seguir três passos básicos: 1. A determinação do índice de GRAU DE TRANSMISSÃO e DINÂMICA DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA, critérios respectivamente primário e secundário; 2. A percepção da relevância dos critérios adicionais; 3. A indução do grau de vitalidade da língua com base numa interpretação dos critérios acima, bem como de demais fatores diagnosticados que possam ajudar a traçar um quadro prospectivo do futuro da língua. A combinação dos critérios primário e secundário definem a priori certas possibilidades de classificação das línguas, mas não são critérios absolutos. Conforme se vê na tabela a seguir, alguns graus são idênticos com relação aos critérios primário e secundário. Cabe às equipes executoras dos inventários interpretar os critérios adicionais para decidir o grau (mais ou menos) preciso em que a língua se encontra. Conferir PARTE 2, SEÇÃO 10, para maiores orientações sobre os níveis e critérios de classificação das línguas.

2.1 GRAU DE VITALIDADE DA LÍNGUA

Marque com um X a alternativa adequada para aferir o grau de vitalidade da língua de referência. Utilize a tabela a seguir para essa seleção.

<input type="checkbox"/> 6-Forte
<input type="checkbox"/> 5-Vulnerável
<input type="checkbox"/> 4-Ameaçada
<input type="checkbox"/> 3-Severamente Ameaçada
<input type="checkbox"/> 2-Desaparecendo
<input type="checkbox"/> 1-Adormecida
<input type="checkbox"/> 0-Extinta

GRAU DE VITALIDADE	CORRELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS		
	TRANSMISSÃO DA LÍNGUA	DINÂMICA DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA	ADICIONAIS
6-Forte	estável	em expansão	a) tamanho populacional para falantes nativos e potenciais b) graus de atitude c) situação escolar d) qualidade e quantidade de documentação sobre a língua e) falantes de referência outros...
5-Vulnerável	estável	estável	
4-Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
3-Severamente Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
	interrompida	restrito	
2-Desaparecendo	interrompida	restrito	
1-Adormecida	interrompida	interrompido	
0-Extinta	interrompida	interrompido	há falantes potenciais em um bom número não há falantes potenciais

2.2 FATORES A QUE SE ATRIBUI O ATUAL ESTADO DE VITALIDADE DA LÍNGUA

Descreva em um breve texto analítico os principais fatores a que se atribui o atual estado de vitalidade da língua.

ORIENTAÇÕES SOBRE TEMAS DE PESQUISA DOS INVENTÁRIOS

1. *Localidades de ocorrência das línguas*

Nesta seção, será apresentado o modo de documentar as localidades de ocorrência das línguas, salientando como essas informações devem subsidiar a produção de mapas e a caracterização do território, além de também se referir também a outras problemáticas dos diagnósticos sociolinguísticos.

1.1 PESQUISANDO AS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

Tomando as localidades de ocorrência da língua como um tema de pesquisa, as informações básicas sobre cada um das localidades dentro da área de abrangência são as seguintes:

- **Nome do local:** o nome deve ser a denominação mais corrente, já consagrada em mapas ou na vida social da região onde ele está incluído. Os inventários amplos devem ainda apresentar o nome da localidade na língua de referência. Pesquisa em fontes secundárias e pesquisa de campo são os métodos recomendados.
- **Visita in loco:** indicar se houve visita à localidade por membros da equipe
- **Coordenadas geográficas:** referenciar a localidade com base na sua latitude e longitude. As coordenadas podem ser identificadas pelo uso de aparelhos de GPS – preferível, sempre que as equipes executoras dos inventários visitem as localidades – ou por programas como GoogleEarth e QuantumGIS, entre outros – desde que as localidades possam ser identificadas a partir de fotografias aéreas.
- **Localização geográfica:** indicação das unidades administrativas onde essas localidades se situam: municípios, estados, terras indígenas, território quilombola e outros países.

- **Línguas faladas no local:** todas as línguas para as quais foram identificados falantes deverão ser listadas para cada uma das localidades de ocorrência das línguas. A identificação dessas línguas pode se dar com base na pesquisa com indivíduos, com a comunidade ou mesmo por fontes secundárias.
- **Número de falantes de cada língua identificada no local:** somente para inventários amplos. O uso de questionários individuais é o método mais recomendado. No entanto, é também possível obtê-lo com entrevistas a pessoas-chave e reuniões. Recomenda-se que fontes secundárias de informações sejam consultadas.
- **O formulário pede que sejam identificadas as localidades** que fazem parte do território da comunidade de referência da língua. Se a equipe do inventário conseguiu trabalhar com toda a comunidade linguística, então todas as localidades onde foi realizada a pesquisa devem ser identificadas como parte da comunidade de referência do inventário.
- **Uma pesquisa mais aprofundada** sobre as localidades é parte dos inventários amplos. Essa pesquisa sobre cada localidade deve se pautar por responder questões mais específicas, as quais irão subsidiar uma interpretação holística do conjunto de localidades. As informações adicionais para os inventários amplos sobre cada localidade são as seguintes:
- **Tipologia da localidade:** classificar a localidade com base num conjunto de parâmetros pré-estabelecidos, sobre uso do solo (rural ou urbano), estatuto jurídico, demografia, escola, tempo de ocupação, infraestrutura, situação de risco da língua e economia.
- **Características da área da comunidade de referência:** caracterizar resumidamente a área onde reside a comunidade de referência com base nos parâmetros sociais, geográficos, econômicos, ecológicos e possíveis situações de riscos para a comunidade linguística nessa área.

O **FORMULÁRIO** também pede que as equipes dos inventários possam identificar localidades fora da área de abrangência da pesquisa onde há falantes das línguas. Essa identificação é adicional, não sendo parte necessária do trabalho de pesquisa dos inventários, por estar fora de sua área de abrangência. No entanto, trata-se de uma informação relevante para trabalhos futuros. O uso de fontes secundárias de informações e entrevistas com pessoas-chave são os procedimentos mais recomendados para essa questão.

Existe ainda a possibilidade de serem incluídas localidades no território da língua onde não há falantes, por exemplo, lugares tradicionais, históricos e memoriais. Mas essa é uma questão secundária, em que se deve ter atenção sobre a conceituação do território.

1.2 LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA COMO UMA VARIÁVEL DOS DIAGNÓSTICOS

As localidades são uma variável importante para os diagnósticos sociolinguísticos. De modo a comparar as diferentes localidades, temos um conjunto de parâmetros tipológicos definidos no formulário. Além disso, sempre que a situação exigir, sobretudo para os inventários nos quais se encontram diferenças marcantes entre as localidades pesquisadas, outros indicadores sociolinguísticos devem ser cruzados com a variável de localidade. Por exemplo, o número de línguas em diferentes localidades, o número de falantes, a proficiência linguística, a taxa de transmissão intergeracional, as dinâmicas de usos da língua, etc.

O espaço apropriado para essas diferenciações mais gerais, e menos previsíveis sob um ponto de vista metodológico, é o campo do formulário em que é solicitado às equipes um resumo sobre as características das localidades onde reside a comunidade de referência (módulo territorial), bem com o módulo de diagnóstico sociolinguístico.

1.3 DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL DAS LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA

Como uma forma adicional de se caracterizar as localidades de ocorrência das línguas, sobretudo as que estão na área da comunidade de referência da língua para a pesquisa, recomenda-se que sejam feitos registros audiovisuais dos mesmos. Esse registro deve trazer um panorama das principais características do meio-ambiente, espaços sociais, atividades cotidianas, entre outros aspectos das comunidades. Sugere-se que fotos e vídeos que registrem as localidades também contêm pessoas da comunidade linguística. Nesse sentido, o registro das localidades pode estar relacionado com a documentação dos usos da língua – porém com um foco geral sobre a localidade.

1.4 MAPEAMENTO

Mapas devem ser produzidos obrigatoriamente para representar as seguintes unidades espaciais:

- Área de abrangência da pesquisa
- Localidades de ocorrência da língua
- Área que compreende as localidades da comunidade de referência
- Se há no inventário uma *área focal de pesquisa*, essa também deverá estar mapeada.

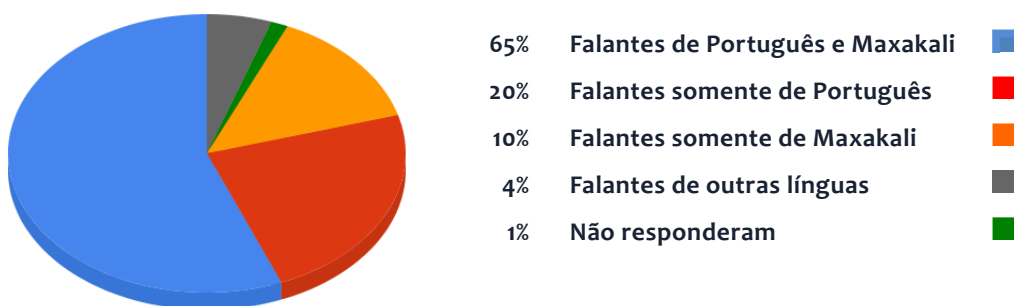
Os mapas devem também representar as unidades administrativas (municípios e estados), fronteiras e outras unidades territoriais relevantes, como terras indígenas, território quilombola, unidades de conservação, etc.

Uma série de outras informações podem estar representadas nos mapas, sobretudo informações sociolinguísticas, como por exemplo:

- Número de falantes em diferentes localidades
- Escolas bilíngues
- Localidades onde as crianças adquirem a língua de referência como primeira língua versus localidades onde isso não ocorre
- Áreas dialetais
- Diferentes níveis de proficiência linguística

Nesses mapas, as localidades de ocorrência das línguas são apresentadas como pontos geográficos. A área da pesquisa pode ser representada por manchas, contornos territoriais, polígonos ou apenas pela representação diferenciada do que são localidades fora da área de abrangência da pesquisa, localidades dentro da área de abrangência da pesquisa e localidades que são parte da área da comunidade de referência do inventário. Essa última opção é mais recomendada, pois evita impor fronteiras em dimensões espaciais que são, na verdade, mais fluidas.

Caso se queira representar múltiplas variáveis sociolinguísticas para as localidades de ocorrência da língua, sugerimos a sobreposição dos pontos que representam as localidades por gráficos de pizza, de modo a ilustrar a porcentagem de cada variável. Veja o exemplo abaixo:



Também é recomendado que se produzam mapas específicos sobre certas localidades, sobretudo aqueles dentro de uma área focal de pesquisa, mostrando a distribuição espacial das casas, acidentes geográficos, etc. Isso pode ser realizado para os diagnósticos linguísticos de localidades específicas e para se planejar o trabalho de pesquisa. É preferível que esses mapas sejam feitos em croquis desenhados à mão e depois digitalizados em formato JPEG.

2. Falantes

Nesta seção, discutimos como se pode calcular o número de falantes, a população da comunidade linguística e os níveis de proficiência oral e em escrita e leitura no inventário. A problemática teórica sobre este tema foi discutida na seção Falantes e outros membros da comunidade linguística do VOLUME 1.

2.1 DEFININDO A POPULAÇÃO DA COMUNIDADE LINGUÍSTICA

Uma vez definido em termos culturais, sociais e linguísticos quem são as pessoas de uma comunidade linguística, devemos então saber como delimitá-la espacialmente e identificar o número de falantes.

Como discutido, em relação à territorialidade, é necessário que as equipes façam uma distinção entre localidades de ocorrência da língua da comunidade linguística como um todo e da comunidade de referência específica para cada inventário. Isso é o bastante para delimitar espacialmente a comunidade linguística na área de abrangência da pesquisa.

Todos os inventários devem incluir um cálculo da população da comunidade de referência. Para se calcular a população total da comunidade linguística deve-se proceder de duas maneiras:

- Identificar o número de falantes da língua
- Identificar o número de não-falantes que têm a língua como um referencial cultural

Estender esse cálculo com base em estimativas e fontes secundárias para a comunidade linguística geral da língua é importante, porém não é obrigatório.

Uma vez que é preciso identificar quem são os falantes e os não-falantes, tem-se a necessidade de aferir graus de proficiência oral dos indivíduos. Quando o levantamento sistemático, a partir de questionários individuais e levantamento demográfico, não for possível, sugere-se o uso extensivo do conhecimento de pessoas-chave da comunidade. Realizar reuniões, entrevistas com pessoas-chave e observação etnográfica, sobretudo por pesquisadores falantes, são os melhores caminhos para se avaliar quem são os falantes e qual seu número estimado. Na seção seguinte, são discutidas algumas técnicas mais específicas para se aferir graus de proficiência oral e tipos de falantes.

2.2 TIPOS DE FALANTES E NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA

Proficiência linguística é um dos itens mais delicados para a produção de conhecimentos. O ideal é que seja aferida junto aos levantamentos demográficos, e usando mais de um método, tais como os discutidos no final desta seção. A aplicação de mais de um procedimento pode ser feita em segmentos populacionais distintos, se necessário, mas é recomendável que mais de um método possa ser aplicado num mesmo segmento social. Em algumas comunidades linguísticas, aferir a proficiência da língua de referência pode ser desnecessário, pois, por meio da observação etnográfica, é possível perceber se ela é falada por todos os indivíduos. É interessante nesses casos, no entanto, aferir a proficiência linguística das pessoas em português ou outra língua de contato que esse grupo social possa falar.

O VOLUME 1 define os seguintes tipos de falantes: falante fluente, falante com fluência parcial e não-falante. Os tipos de falantes devem ser referenciados por níveis de proficiência linguística. Além dos tipos de falantes, que já implicam uma escala de competência linguística, entende-se que as equipes de pesquisas possam propor diferentes níveis de proficiência, dependendo da situação da língua inventariada. Por isso, nesta seção, destacam-se algumas possibilidades de correspondências entre níveis de proficiência e tipos de falantes.

2.2.1 CORRESPONDÊNCIA ENTRE NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA E TIPOS DE FALANTES

Nos quadros a seguir, apresentamos algumas possibilidades entre níveis de proficiência e tipos de falantes que podem ser estabelecidos nos inventários. As possibilidades com mais de 3 níveis de proficiência criam ambiguidades entre certos tipos de falantes. Embora toda categorização possua fronteiras rígidas e não capture os níveis intermediários entre duas categorias, esperamos que as equipes dos inventários façam a interpretação dessas situações para cada língua sendo inventariada, levando em consideração os níveis de proficiência no universo de falantes na comunidade e as normas culturais da comunidade sobre o que se entende por cada um desses níveis. As decisões interpretativas das equipes deverão constar no campo de observações do formulário e no relatório de pesquisa.

POSSIBILIDADE 1A

3 NÍVEIS

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Fala e entende tudo	Falante fluente
Fala e entende parcialmente	Falante com fluência parcial
Não fala e não entende	Não-falante

POSSIBILIDADE 1B

3 NÍVEIS

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Consegue conversar e se expressar facilmente	Falante fluente
Tem dificuldades para conversar e se expressar	Falante com fluência parcial
Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não-falante

As **POSSIBILIDADES 1A** e **1B** expressam uma relação direta entre tipos de falantes e níveis de proficiência. A diferença entre os níveis de proficiência em **1A** e **1B** reside unicamente na concepção de proficiência: em **1A** temos um modelo baseado na produção vs. percepção e em **1B** o modelo se baseia numa abordagem comunicativa.

POSSIBILIDADE 2A

4 NÍVEIS

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Entende bem e fala bem	Falante Fluente
Entende bem e fala pouco	Falante Parcial
Entende pouco e fala pouco	Falante Parcial / Não Falante
Não entende e não fala	Não Falante

POSSIBILIDADE 2B

4 NÍVEIS

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Consegue conversar e se expressar facilmente	Falante Fluente
Consegue entender conversas, mas não consegue se expressar facilmente	Falante Parcial
Entende algumas coisas que lhe falam, sabe algumas palavras e frases, mas não consegue estabelecer uma conversa	Falante Parcial / Não Falante
Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não Falante

As **possibilidades 2A** e **2B** estabelecem 4 NÍVEIS, criando um nível intermediário entre falante parcial e não-falante. Caberá às equipes decidirem se esse nível deve ser categorizado como falante parcial ou não-falante. Se existe uma ética rígida sobre o “falar bem” na comunidade, é provável que essas pessoas sejam classificadas como não-falantes. Se uma língua tem um número proporcionalmente reduzido de falantes fluentes, é interessante que as pessoas que estiverem no nível

intermediário sejam reconhecidas como falantes parciais, pois eventualmente elas podem ser importantes para processos de revitalização linguística. Por outro lado, se uma língua tem um número proporcionalmente alto de falantes fluentes, pode ser interessante reconhecer as pessoas desse nível intermediário como não falantes, pois isso é um indicativo importante de um declínio da vitalidade da língua.

POSSIBILIDADE 3

5 NÍVEIS

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Fala e entende fluentemente a variedade mais conservadora da língua	Falante Fluente
Consegue conversar, mas apresenta certa insegurança no uso da gramática e do vocabulário em alguns contextos comunicativos	Falante Fluente / Falante Parcial
Entende bem, mas não consegue se expressar facilmente	Falante Parcial
Entende algumas coisas que lhe falam, sabe algumas palavras e frases, mas não consegue estabelecer uma conversa	Falante Parcial / Não Falante
Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não Falante

A **POSSIBILIDADE 3** ilustra um NÍVEL INTERMEDIÁRIO entre falante fluente e falante parcial. As mesmas orientações com relação à POSSIBILIDADE 2 se aplicam.

POSSIBILIDADE 4

6 NÍVEIS

NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA	TIPOS DE FALANTES
Fala e entende fluentemente a variedade mais conservadora da língua	Falante Fluente
Fala e entende fluentemente, porém fala uma variedade menos conservadora do léxico e da gramática da língua	
Consegue conversar, mas apresenta insegurança em alguns contextos comunicativos	Falante Fluente / Falante Parcial
Entende bem, mas não consegue expressar tudo o que pensa	Falante Parcial
Entende algumas coisas que lhe falam, sabe algumas palavras e frases, mas não consegue estabelecer uma conversa	Falante Parcial / Não Falante
Não consegue conversar ou se expressar na língua	Não Falante

A **POSSIBILIDADE 4** apresenta 6 NÍVEIS com o intuito de suscitar uma divisão na classe de pessoas compreendidas como falantes fluentes. Isso é importante para os inventários nos quais sinais de mudanças linguísticas na fala de diferentes grupos sociais podem indicar declínio da vitalidade da língua.

POSSIBILIDADE 5

NÍVEIS GRADATIVOS

É possível categorizar membros da comunidade linguística na tipologia de falantes usando uma escala de proficiência linguística, na qual falar e entender são colocados como categorias distintas. A tabela a seguir apresenta uma escala em que a pessoa entrevistada deve ser classificada com base no grau atribuído a sua habilidade de falar e entender a língua.

	NÃO FALANTE		FALANTE PARCIAL			FALANTE FLUENTE	
Níveis	0	1	2	3	4	5	6
Falar							
Entender							

Esse tipo de escala permite uma definição mais refinada sobre “graus” de não-falantes e falantes parciais. Falantes fluentes podem ser indicados pelos níveis mais altos da escala, ou apenas pelo mais alto.

Ao se utilizar essa abordagem, deve-se construir um entendimento claro com os entrevistados e pesquisadores do projeto sobre o que cada um dos níveis representa.

POSSIBILIDADE 6

NÍVEIS DE COMPETÊNCIA COMUNICATIVA

Uma última possibilidade é a representação dos níveis de proficiência por situações comunicativas. Diversas situações comunicativas são apresentadas, das mais básicas às mais complexas, e o entrevistado deve responder qual o seu desempenho em cada uma das situações. O desempenho é medido em uma escala de 3 níveis. A classificação dos entrevistados na tipologia dos falantes se dá com base na soma da pontuação de cada resposta. Veja o exemplo a seguir:

	NÃO (0)	PARCIALMENTE (1)	SIM (2)
Sabe contar histórias e debater sobre assuntos relativos à cultura tradicional			
Ao pensar, pensa usando a língua			
Sabe expressar tudo o que pensa			
Sabe fazer relatos sobre o passado, sobre o presente e sobre acontecimentos futuros			
Consegue conversar com os mais velhos			
Sabe falar sobre acontecimentos pessoais			
Sabe nomear animais e objetos			

Com base na tabela acima, um falante fluente terá pontuação mínima de 10 pontos; poderá responder Não (0) e Parcialmente (1) somente para as duas primeiras questões, e, para as demais questões, a resposta deverá ser Sim (2). Já um não-falante terá resposta máxima de 2 pontos; poderá responder Sim (2) somente para a primeira pergunta, ou Parcialmente (1) para as duas primeiras perguntas, as demais devendo ter Não (0) como resposta. Um falante parcial poderá ter uma pontuação mínima de 3 e máxima de 9. Veja a tabela abaixo com o resumo da pontuação de cada tipo de falante:

TIPO DE FALANTE	PONTUAÇÃO
Falante Fluente	10-14
Falante Parcial	3-9
Não-falante	0-2

2.2.2 MANEIRAS DE SE AFERIR A PROFICIÊNCIA LINGUÍSTICA NOS INVENTÁRIOS

Existem procedimentos metodológicos bem específicos para se identificar e caracterizar o universo de falantes da língua. O uso de questionários individuais e levantamento demográfico são os mais eficazes, porém os mais complexos em sua execução. Para os inventários cuja área de abrangência da pesquisa seja muito extensa, as equipes deverão trabalhar com estimativas por amostragens. Para aqueles que tiverem uma área menor, poderão trabalhar com o levantamento populacional total.

No entanto, é sempre necessário que haja uma boa revisão de fontes secundárias de informação, de modo que as informações das pesquisas sejam apresentadas comparativamente a outras estimativas existentes. É indispensável poder contar com informações a partir dos próprios falantes, o que pode ser feito a partir de pesquisadores-comunitários, entrevistas com pessoas-chave ou ainda observações etnográficas.

Entender as especificidades culturais é importante também para identificar o melhor método para se aferir a proficiência linguística na língua de referência (como nas demais). Há casos em que entrevistas ou questionários poderão se mostrar eficientes nesse quesito e há casos em que a autoavaliação da proficiência não se mostra eficaz e faz-se necessária a aplicação de testes simples.

O projeto piloto da língua Wayoro estabeleceu seu modelo de medir a proficiência na comunidade da seguinte maneira: assumiu-se um sistema de 4 NÍVEIS definidos explicitamente.

- **NÍVEL 1:** Se conseguisse entender uma pergunta sobre coisas fora do ambiente imediato, era pelo menos alguém que entendia a língua.
- **NÍVEL 2:** Se conseguisse responder à pergunta com frases completas, era pelo menos um falante parcial.
- **NÍVEL 3:** Se conhecesse quase todas as palavras básicas e conseguisse determinar a gramaticalidade de frases, era um falante pleno.

- **Autodeclaração:** pedir que as próprias pessoas, ao serem entrevistadas, indiquem seu grau de proficiência na língua é o método mais rápido e fácil, porém é também o mais impreciso. Por ser o mais básico, sugerimos que todos os inventários o utilizem ao realizar o levantamento demográfico. No entanto outros procedimentos devem ser usados. É necessário também entender as atitudes linguísticas das pessoas na hora de interpretar os dados. Antes de se realizar esse tipo de levantamento, é importante que a equipe investigue se na comunidade as pessoas tendem a supervalorizar ou a subvalorizar sua proficiência linguística.
- **Conhecimento geral de pessoas-chave:** pedir para que um membro da comunidade, que conheça bem o seu contexto social, forneça informações às pesquisas sobre a proficiência de certos indivíduos é outro método fácil e rápido. Esse método pode ser utilizado para complementar as respostas autoavaliativas de proficiência. Devem-se tomar os mesmos tipos de cuidados com a explicitação das categorias de proficiência e como devem ser feitas as avaliações por parte dessas pessoas. O ideal é que mais de uma pessoa-chave seja consultada de modo a comparar diferentes perspectivas e evitar que a visão de uma única pessoa prevaleça. Apesar de ser um método fácil, há alguns riscos na sua aplicação. Por exemplo, pode haver uma disputa política entre grupos ou famílias sobre o processo do inventário, e as respostas refletirem esse quadro. Ou ainda pode haver variedade em disputa e o julgamento pode ser feito a partir da variedade defendida por cada um. Assim, esse é um método bastante complicado e as pesquisas não podem ignorar isso.
- **Pesquisador-falante:** em entrevistas ou levantamentos demográficos, um pesquisador-falante pode rapidamente identificar o nível de proficiência dos indivíduos. Um exercício prévio que as equipes devem realizar é definir junto aos pesquisadores-falantes o que se entende nos inventários e nas comunidades pelos parâmetros que indicam os níveis de proficiência. Para esse procedimento, deve-se tomar as mesmas precauções apresentadas em relação à técnica aplicada a pessoas-chave.
- **Testes de proficiência:** este tipo de teste é o mais objetivo. A ideia é ter um teste padronizado para aplicar em um grupo amplo de indivíduos. Os testes devem corresponder aos graus de proficiência definidos na seção anterior. As equipes podem preparar textos, frases e outros estímulos nas línguas alvo de pesquisa sobre proficiência. Esses testes podem ser utilizados para medir diretamente a proficiência de uma grande parte da população, ou serem mais limitados, apenas para referenciar num grupo de amostra o que os outros métodos têm revelado sobre proficiência. Os testes podem ser aplicados em módulos distintos, dependendo do tipo de conhecimento linguístico que está sendo colocado à prova (por exemplo, conhecimento do léxico, da gramática e do discurso), bem como da habilidade específica, ou seja, compreensão (entender) e produção (falar).

2.2.3 DOIS EXEMPLOS

Nesta seção, são discutidos dois exemplos de como se testar a proficiência linguística da comunidade linguística. Os exemplos são provenientes de dois projetos-piloto do INDL: um da língua Asuriní e outro da língua Wayoró. Nos dois projetos houve a colaboração de pesquisadores-falantes da comunidade para se aferir o nível de proficiência na língua.

O projeto da língua Asuriní mediu a proficiência da comunidade com relação ao português e ao Asuriní. Para a língua indígena, foi proposta uma escala de 6 níveis de proficiência, bastante similar à possibilidade 5 apresentada anteriormente. Para o português, a escala escolhida foi de 4 níveis. A primeira etapa dessa tarefa foi checar dados secundários de levantamento anteriores. Na segunda etapa, atualizou-se o questionário de campo, inserindo novas variáveis sociolinguísticas. Na terceira etapa, como nos explica Aquino (2010) “procedeu-se à obtenção de dados sobre proficiência linguística, a partir do julgamento de conhecedores [da língua indígena] na faixa entre 20 e 40 anos”. A quarta etapa teve o mesmo procedimento, porém incluindo conhecedores da língua indígena na faixa entre 41 e 70 anos. Todos os dados de todas as etapas da Pesquisa I foram registrados em Excel. Isso ajudou no cruzamento dos dados encontrados.

O projeto da língua Wayoro, ou Ayuru, assumiu 4 níveis de proficiência: 1. Fala tudo, 2. Fala razoavelmente, 3. Entende, fala pouco e 4. Não entende nem fala. A metodologia, as questões e as categorias foram formuladas, testadas e revisadas quatro vezes. A participação de pesquisadores indígenas permitiu que o projeto aferisse a proficiência de pessoas na comunidade com base no conhecimento dos pesquisadores. A avaliação de proficiência foi feita por dois assistentes indígenas independentes e os resultados foram muito parecidos, com diferenças máximas de um grau (por exemplo, uma pessoa foi considerada falante razoável por um assistente, mas falante pleno pelo outro). Para maior objetividade na pesquisa, os assistentes foram avisados que seus dados seriam comparados com dados produzidos por um outro assistente e potencialmente verificados por testes.

No projeto, optou-se por essa metodologia a autodeclarações, uma vez que estas últimas exigem explicações para cada entrevistado, vários dos quais podem não entendê-las, especialmente porque pode não ser um conceito familiar a eles, além do que em autodeclarações as pessoas têm menor imparcialidade em relação a si mesmas.

A gravação de listas de palavras na língua forneceu outro teste da validade do sistema de quatro níveis definidos. Por exemplo, em um dos projetos-piloto, embora um falante Wayoro insistisse que sabia falar tudo, outros falantes proficientes afirmavam que ele conseguia conversar, mas não tinha aprendido muitas coisas. Na gravação da lista de 400 palavras básicas ele conseguiu somente 50% dos itens; ele era, então, um falante razoável, como havia sido julgado.

3. Denominações

Denominar línguas, pessoas e coisas em geral é reconhecidamente um terreno propício para tensões culturais, sociais e políticas. Se para alguns grupos sociais suas línguas não são explicitamente nomeadas, para outros a nomeação da língua é uma maneira de marcar as diferenças identitárias e linguísticas frente a outros grupos. Denominar uma língua é ao mesmo tempo um reflexo e uma forma de ação sobre as relações e os valores culturais de um grupo social.

As diferentes denominações das línguas carregam as marcas das relações históricas e sociais dos falantes frente a diferentes grupos. Assim, uma das finalidades principais dessa seção é a definição junto à comunidade linguística da denominação a ser usada para a inclusão da língua no INDL. Como parte do processo de identificação da língua, deve-se também listar as denominações de ampla circulação, ou seja, os termos mais comuns usados na sociedade para se referir à língua ou ao grupo social de falantes.

As denominações para a inclusão no INDL e de ampla circulação podem coincidir, obviamente, desde que assim deliberado pela comunidade linguística e pelas equipes executoras dos inventários. Ambas serão em geral encontradas entre os termos de autodenominação (nomes usados pela própria comunidade linguística para se referir à língua ou a seu grupo social) ou heterônimos (nomes dados por pessoas de fora: outros grupos, nomeação acadêmica, etc.). Os inventários devem fazer análises mais detalhadas sobre essas nomeações, discutindo possíveis traduções para os termos, explicando etimologias, identificando termos pejorativos, etc.

COMO SUGESTÕES PRÁTICAS PARA O TRABALHO DOS INVENTÁRIOS, LISTAMOS AS SEGUINTE:

- **Reuniões comunitárias.** Essenciais para se definir a denominação a ser incluída no INDL, mas também para a pesquisa de outras denominações. Para se deliberar sobre a denominação para a inclusão no INDL, deve-se apresentar à comunidade as diversas denominações da língua e de suas variedades, incluindo autodenominações e heterônimos, e assim buscar um consenso ou opção majoritária.
- **Entrevistas com pessoas-chave.** Sugerimos entrevistas com pessoas-chave para se produzir dados sobre autodenominações e heterônimos. Caso as reuniões não sejam uma opção viável para se definir a denominação para a inclusão no INDL, um conjunto de entrevistas com pessoas-chave pode ser a melhor opção.
- **Questionários individuais.** Como parte do diagnóstico sociolinguístico (VOLUME 1), os inventários podem incluir itens relativos às denominações, caso esses sejam um fenômeno por si só de variação sociolinguística.
- **Pesquisa em fontes secundárias.** Para se investigar autodenominações historicamente registradas, mas, sobretudo, os heterônimos e os termos de ampla circulação.
- **Documentação audiovisual.** Útil, sobretudo, para registrar as reuniões e para registrar entrevistas, sugeridas anteriormente.

4. *Classificação genética*

A classificação genética das línguas e suas variedades internas é um aspecto importante para se conhecer a diversidade linguística. Ela é um fundamento para se entender os agrupamentos linguísticos e socioculturais numa dimensão histórica profunda, bem como para se entender os processos de diversificação das línguas e as relações históricas de contato entre elas. Ao mesmo tempo, saber quais são as línguas mais proximamente aparentadas pode ser um recurso de grande importância para ações de salvaguarda de línguas adormecidas e que estão desaparecendo¹.

Há uma distinção fundamental entre línguas classificadas em famílias, línguas formadas em relações de contato linguístico (como Crioulas e Afro-brasileiras) e línguas isoladas. Línguas classificadas em família estão relacionadas geneticamente a outras línguas. A demonstração de parentesco linguístico se dá pelo método histórico comparativo, uma metodologia específica da Linguística Histórica, que analisa as similaridades entre línguas e aponta para correspondências regulares entre formas (sons, morfemas, etc.) e significados nas diferentes línguas. A reconstrução de protolínguas (línguas ancestrais) e a demonstração de processos de diversificação das línguas pertencentes a uma família a partir da protolíngua concluem a aplicação dessa metodologia.

A identificação de línguas pertencentes a famílias linguísticas deve apresentar o nome de sua família linguística ou mesmo o seu tronco linguístico – que é uma unidade genética que inclui ao menos uma família linguística e outras línguas geneticamente mais distantes. No Brasil, apenas dois troncos são reconhecidos: o Tupí e o Macro-Jê². Os inventários podem apresentar as línguas geneticamente mais próximas às línguas de referência, devido às possibilidades de investigação do tema língua e variedade, bem como eventuais ações de salvaguarda para línguas em franco declínio.

As línguas isoladas são também conhecidas como línguas que pertencem a famílias linguísticas de uma só língua. Ou seja, são línguas para as quais a aplicação do método histórico-comparativo não revela nenhuma outra língua (ainda falada ou documentada historicamente) que possa estar geneticamente aparentada.

Línguas afro-brasileiras foram formadas a partir do contato entre a língua portuguesa e línguas africanas. As línguas crioulas foram formadas a partir de uma língua africana e/ou indígena e uma língua de colonização, como o francês, o português, o inglês, etc. Tanto as línguas afro-brasileiras quanto as crioulas são formadas historicamente em situações específicas de contato linguístico, apresentando similaridades com suas diferentes matrizes linguísticas, mas também outros traços linguísticos independentemente desenvolvidos. Como são línguas de contato, deve-se identificar as línguas que lhe deram origem e a região do contato lingüís-

1. Conferir SEÇÃO 6 para essas noções.

2. Alguns autores vão também reconhecer um tronco Aruák, enquanto, para outros, Aruák é uma família.

tico onde elas se desenvolveram.

Devido à complexidade dos métodos comparativos em linguística, sugere-se que as equipes executoras dos inventários façam pesquisa em fontes secundárias para expor as propostas pré-existentes de classificação genética da língua. O Censo IBGE 2010 traz a classificação consensual das línguas indígenas, mas não de línguas de imigração, de sinais, etc. Caso haja controvérsias irresolvíveis ou caso não haja estudos comparativos sobre a língua, sugere-se que as equipes dos inventários proponham uma classificação original para a língua.

Em todo caso, as equipes devem buscar profissionais capacitados para realizar estudos dessa natureza, que requerem questões metodológicas complexas. Existem propostas de classificação genética e relações de contatos linguísticos de diferentes matizes. Algumas são mais sólidas, outras ainda em processo de averiguação, enquanto outras não apresentam evidências suficientes que possam sustentá-las.

5. Língua e variedades

Como antecipamos nos “Conceitos Estruturantes”, apesar das dificuldades que apresentaremos a seguir, fazer um trabalho junto às comunidades linguísticas para se definir quais são as línguas e suas variedades será uma das mais importantes contribuições do INDL. Nesta seção, vamos apresentar como a distinção entre línguas e variedades não está baseada em dimensões claramente definíveis, especialmente para casos de línguas minoritárias, em que uma eventual ausência de tradição histórica na definição do que é uma língua versus suas variedades internas exige um olhar reflexivo apurado.

Antecipamos no VOLUME 1 que a linguística reconhece que língua é um conceito baseado numa abstração em dois níveis: a) o nível sistêmico, referente à língua enquanto um sistema baseado num conjunto de normas, signos e convenções sociais que substancia a comunicação entre indivíduos e grupos sociais e b) nível simbólico-político, referente aos valores socioculturais, políticos e ideológicos construídos historicamente que definem uma língua versus outras línguas ou uma língua que abarca diversas variedades internas (dialetos, sotaques, etc.). Nas seções a seguir discutiremos cada um desses níveis e suas implicações.

5.1 DIFICULDADES DO NÍVEL SISTÊMICO

Línguas como um sistema de comunicação são uma abstração, não existem de forma concreta. O concreto de uma língua, isto é, os diálogos, os textos escritos, a língua usada por indivíduos e por coletividades, por exemplo, não são uma única coisa, mas sim, manifestações das diversas variedades e variações de uma língua. Ninguém fala “português”, por exemplo, mas antes fala uma forma – uma variedade – do português.

Línguas possuem variedades distintas por diferentes razões, como variedades

regionais (diatópica), sociais (diastrática) e de estilo (diafásica); as variedades são múltiplas, diferentes de indivíduo para indivíduo, de grupos sociais para grupos sociais, de contextos socioculturais para contextos socioculturais. Sociolinguistas reconhecem há tempos que, de fato, os falantes não dominam um sistema, senão vários sistemas linguísticos de acordo com as diferentes situações comunicativas em sua sociedade, semelhantemente, numa escala diferente, de falantes bilíngues que dominam duas línguas distintas e as empregam em situações comunicativas específicas.

No nível sistêmico não existem critérios claros para se definir o que é uma língua versus variedades de uma língua. Segundo a dialetologia moderna (o estudo das variedades de uma língua no tempo, no espaço e na sociedade) há parâmetros estruturais para se demonstrar como uma variedade é sistemicamente diferente de outra em questões relacionadas ao léxico, fonologia, morfologia, sintaxe, pragmática, etc., portanto, não há um só parâmetro estrutural que seja suficiente para motivar uma distinção objetiva entre o que é uma língua versus variedades de uma língua.

5.2 INTELIGIBILIDADE MÚTUA

O conceito de inteligibilidade mútua, isto é, a possibilidade de indivíduos e grupos sociais falantes de variedades/línguas distintas poderem se compreender mutuamente, talvez seja o critério mais objetivo para se definir se duas ou mais variedades pertencem à mesma língua. Se há inteligibilidade fica implícita a existência de um nível satisfatório de similaridades estruturais e práticas comunicativas mais ou menos compartilhadas entre as diferentes variedades linguísticas. Não há somente um fator estrutural que determine inteligibilidade mútua, mas sim um conjunto de fatores, do léxico à fonologia, da morfologia à sintaxe e ao discurso.

No entanto, mesmo o conceito de inteligibilidade mútua não é algo absoluto. Primeiramente, ele não é um critério que se aplique somente a variedades de uma só língua, pois podemos falar de graus de inteligibilidade entre línguas diferentes (por exemplo, entre português e espanhol, alemão e holandês). Em segundo lugar, inteligibilidade é melhor definida como um fenômeno relativo, em vez de objetivo, devido aos seguintes pontos:

- **Ausência de fronteiras claras:** é possível que o que se define em certos casos como línguas distintas sejam mutuamente inteligíveis ou parcialmente inteligíveis; assim como que o que se define como variedades sejam parcialmente inteligíveis ou mesmo ininteligíveis.
- **Gradabilidade:** algumas variedades de uma mesma língua são mais mutuamente inteligíveis entre si do que outras variedades³;

3. Isso é mais acentuado em casos classificados como um “contínuo dialetal”, em que variedades geograficamente próximas tendem a ser mais mutuamente inteligíveis do que variedades geograficamente mais distantes.

- **Assimetria:** pode ser mais fácil para falantes de uma língua/variedade X compreender falantes de uma língua/variedade Y do que o contrário;
- **Atitudes:** compreender uma variedade não é algo apenas passivo, algo dado, mas pressupõe que as pessoas queiram se compreender, de modo que disposições culturais, pessoais e ideológicas podem determinar se indivíduos e grupos se compreendam ou não.

Além desses três pontos, questões individuais devem ser levadas em conta. Uma pessoa que em sua vida teve maior convivência com falantes de outras variedades tem maior facilidade de compreender essa variedade do que outra pessoa com pouca ou nenhuma convivência com falantes dessa variedade. Nesse sentido, costuma-se falar em inteligibilidade inerente (quando uma pessoa pode entender outra variedade/língua sem nunca ter tido contato com aquela variedade/língua) e inteligibilidade adquirida (quando uma pessoa consegue compreender uma variedade/língua a partir de sua vivência com falantes dessa variedade/língua).

Existem casos em que línguas distintas são altamente inteligíveis entre si. O caso mais notório é o das línguas escandinavas – norueguês, sueco e dinamarquês – além de línguas eslavas como o eslovaco e o tcheco, e o sérvio e o croata. Ao mesmo tempo, o caso contrário também existe, em que o que é classificado como variedades internas de uma língua possui graus menores de inteligibilidade mútua, como as variedades do alemão e, mais dramaticamente, o árabe e o chinês (por exemplo, Mandarim versus Cantonês). Isso demonstra que o conceito de língua e variedade são comumente utilizados por razões históricas, políticas e culturais, seja para reforçar um ideal de homogeneidade e assimilação, ou de heterogeneidade e dissimilação.

Existem diferentes metodologias para se testar e até quantificar níveis de inteligibilidade mútua entre línguas/variedades. No entanto, ao mesmo tempo em que linguistas divergem com relação aos critérios mais apropriados para se avaliar inteligibilidade mútua, não existe um índice objetivo para se traçar uma linha definidora do que seria uma língua versus uma variedade. Cada metodologia produz seus índices e esses índices não são absolutos, pois, como vimos, o próprio conceito de inteligibilidade mútua também não o é.

5.3 O NÍVEL SIMBÓLICO-POLÍTICO

Como vimos, não há critérios científicos absolutos para se determinar o que é uma língua versus uma variedade. No contexto de Estados-Nações, língua é um conceito flexível, utilizado de diferentes maneiras de acordo com diferentes objetivos, seja para reforçar um ideal de homogeneidade e assimilação ou de heterogeneidade e dissimilação.

Língua é um conceito absoluto que inclui variedades. Por isso, pode-se dizer “variedades de uma língua”, mas não línguas de uma variedade. E, se toda língua

é uma variedade, nem toda variedade é uma língua, no sentido simbólico-político. Mas como isso se dá nos contextos de línguas minoritárias?

Como parte dos sistemas socioculturais, conceitos como línguas e variedades são constantemente usados para se referenciar às relações de identidade para dentro e para fora de um grupo social. O uso politicamente variável desses termos está a serviço dos esforços assimilatórios ou dissimilatórios de grupos sociais e Estados. Falantes estão atentos a diversos componentes sistêmicos da linguagem que referenciam semelhanças e diferenças entre pessoas e grupos sociais. Isso abrange elementos nos níveis prosódico, da fonologia segmental (vogais e consoantes), lexical, morfossintático e pragmático-discursivo, incluindo inteligibilidade mútua. No entanto, salvo quando a ausência de inteligibilidade mútua claramente opõe duas variedades como línguas distintas para os próprios falantes, é em geral problemático interpretar se as diferenças sistêmicas notadas por falantes de línguas minoritárias correspondem a diferenças entre língua ou entre variedades.

Em geral, tais elementos do nível sistêmico são tomados como evidências tautológicas de diferenças no plano sociocultural. Às vezes, as atitudes socioculturais são tão marcadas para reforçar ideais de autonomia e/ou dissimilação identitária a outro grupo social que elas determinam o olhar que os grupos sociais têm sobre suas línguas. Assim, temos vários exemplos em que diferenças sociais são acompanhadas por um discurso que referencia diferenças linguísticas – por mais que as variedades/línguas sejam mutuamente inteligíveis⁴. No entanto, o contrário também existe, em que diferenças no nível social não comprometem o reconhecimento pelos falantes de uma língua comum para diferentes grupos sociais⁵.

Assim, por mais que o pesquisador diagnostique que tal caso corresponda a variedades de uma mesma língua com base em critérios sistêmicos e de inteligibilidade mútua, e por mais que para efeitos práticos e políticos possa parecer interessante para alguns termos uma língua com muitos falantes em vez de diversas línguas com poucos falantes, não podemos perder de vista a dimensão simbólica das línguas.

Como salientado no início dessa seção, a distinção entre línguas e variedades é fruto de negociações entre pessoas. Isso não é de fácil resolução e exige que as equipes executoras do inventário e as comunidades linguísticas estejam em total diálogo e transparência com relação aos fundamentos e às consequências da definição de línguas e variedades. Por isso, questões do nível sistêmico, inteligibilidade mútua e fatores identitários, históricos e simbólico-políticos devem ser considerados em conjunto dentro do processo de pesquisa e deliberações nos inventários.

4. Como o caso das línguas escandinavas.

5. Como o caso do alemão falado na Suíça, Áustria e Alemanha.

5.4 IDENTIFICAÇÃO DE VARIEDADES LINGUÍSTICAS

Nesta seção, apresentamos alguns procedimentos metodológicos para a identificação de línguas e variedades referentes às três dimensões principais dessa problemática: o nível sistêmico, a inteligibilidade mútua e o nível simbólico-político. Os procedimentos dão conta desses níveis em separado. Eles poderão servir como subsídios para uma discussão sobre essa questão que, em última instância, deverá ser decidida a partir de negociações envolvendo equipes e comunidades linguísticas. Além disso, os proponentes de inventários amplos deverão responder de forma mais sistemática para embasar o que estão classificando, com relação à língua de referência, como variedades de uma mesma língua ou línguas diferentes. Por isso esses e outros procedimentos são de especial importância para este tipo de investigação.

Muitas vezes quando um falante diz “esse outro grupo fala diferente da gente”, deve-se perceber se “o diferente” pertence a um ou mais níveis de análise que o formulário propõe:

- **Elementos estruturais:** as diferenças existem com relação a elementos estruturais no nível da fala, isto é, variedades de uma mesma língua ou da língua.
- **Sociais:** diferenças com relação ao grupo social, isto é, os falantes da língua/variedade diferente são parte de um mesmo ou de um outro grupo social?
- **Grau de percepção da variação:** os falantes da língua de referência conseguem atribuir graus de diferenciação entre as variedades/línguas?
- **Grau de inteligibilidade:** os falantes da língua de referência conseguem compreender em que medida os falantes de outras línguas/variedades?

A questão social é talvez a menos clara, pois envolve noções de identificação social e relações socioculturais problemáticas para alguns grupos sociais. Espera-se que os inventários possam responder a essa questão da forma mais relativa possível, compreendendo em qual nível da organização social da comunidade linguística podemos falar em pessoas de um mesmo grupo social e pessoas de um outro grupo social. O grau de inteligibilidade será determinado com base numa escala, de 1 a 4. O mesmo para o grau de percepção dos falantes. Mais informações sobre essas questões serão oferecidas na SEÇÃO 5.5.3 e 5.5.4.

Os métodos para se testar a diferença entre língua e variedade a serem discutidos a seguir foram coletados junto a diversos trabalhos, como os projetos-piloto do INDL, o Instituto Linguístico de Verão (ILV, cf. CASAD, 1974; BLAIR, 1990; DECKER e GRUMMIT, 2012) e do Instituto Nacional de Lenguas Indígenas (INALI – do México). De modo geral, as possibilidades de medir diferenças entre línguas e variedades são arbitrárias e dizem respeito a cada um dos métodos em particular. Algumas são baseadas em escalas, outras em porcentagens.

5.4.1 LISTAS DE PALAVRAS

Listas de palavras são uma forma simples e objetiva de se levantar variação linguística para os níveis lexical, semântico e fonético-fonológico. Tanto a lista Swadesh-100, quanto às demais listas de vocabulário básico ou mesmo outras listas de vocabulários específicos podem ser empregadas. Variação no vocabulário básico é visto como algo mais significativo para demonstrar o distanciamento estrutural entre variedades ou línguas distintas. No entanto, se as variedades estão mais proximamente relacionadas, é no vocabulário específico que as variantes mais significativas serão encontradas.

A título de ilustração, no Suplemento Metodológico, disponibilizamos a lista de Swadesh-208, usada pelo projeto-piloto da língua Talian que de modo muito interessante determinou a variação dialetal nessa língua ao plotar, na mesma tabela, diferentes variedades linguísticas.

Se o estudo de variedades internas à língua é uma preocupação central do inventário, recomenda-se o seguinte procedimento:

- **1º PASSO:** Compor uma lista de vocabulário específico a partir de campos semânticos próprios do universo cultural da comunidade linguística;
- **2º PASSO:** Gravar listas de palavras de vocabulário básico e específico com diferentes falantes. A escolha dos falantes deve se pautar por variáveis sociais representativas do universo social da comunidade linguística, tais como: local de residência, sexo, idade, grupo social/étnico, religião, etc.
- **3º PASSO:** Transcrever as listas com base em um alfabeto fonético (utilizando o International Phonetic Alphabet, por exemplo) e comparar as listas a fim de elucidar os pontos específicos de variação.
- **4º PASSO:** Identificar principais variantes dialetais a partir de:
 - Palavras cognatas*⁶ com significados diferentes (o que implica que houve mudança de significado da palavra em uma ou ambas as línguas)
 - Palavras não cognatas* com significados iguais (o que implica que houve substituição vocabular em uma ou ambas as línguas)
 - Diferenças fonético-fonológicas* em palavras cognatas (o que implicam em mudança sonora em uma ou ambas as línguas)
 - Diferenças morfológicas* entre palavras cognatas
- **5º PASSO:** Cruzar as variantes encontradas com as variáveis sociais mais representativas da comunidade linguística, por exemplo, localidades diferentes.

6. Palavras com uma mesma raiz, por exemplo, português: mãe; espanhol: madre; francês: mère.

Alguns estudos tendem a tornar a comparação por meio de listas de palavras como um fator determinante para se aferir a diferença entre línguas e variedades. Alguns desses estudos propõem inclusive porcentagens para se traçar uma linha absoluta (por exemplo, menos de 81% de cognatos compartilhados indicam línguas distintas).

5.4.2 COMPARAÇÃO DE VARIANTES GRAMATICAIS E FONÉTICO-FONOLÓGICOS

As equipes que tiverem pessoas com maior familiaridade sobre a estrutura gramatical e a fonologia da língua de referência podem fazer comparações mais pontuais entre variação fonológica, morfológica e sintática. De modo geral, esse tipo de comparação consiste em apresentar para falantes de línguas/variedades distintas um questionário gramatical explorando diversos aspectos sintáticos e morfológicos. Os questionários são produzidos numa língua de contato (o português, por exemplo) e pedem que os falantes traduzam de poucas dezenas a algumas centenas de frases para sua língua.

Os questionários podem se basear em questionários gramaticais padronizados ou podem ser desenvolvidos originalmente pelas equipes do INDL. No Suplemento Metodológico, disponibilizamos dois questionários gramaticais, um básico e outro mais extenso.

Os questionários devem ser aplicados para diferentes falantes em diferentes localidades, seguindo as variáveis demográficas mais significativas para a comunidade linguística. É importante que os falantes respondam separadamente ao questionário, e, em seguida, as respostas sejam comparadas. O procedimento para quem já tem um conhecimento analítico da língua não precisa ser complexo; basta apontar diferenças pontuais entre elementos estruturais distintos, como, por exemplo, o caso do Português:

- *Antes da vogal /i/, algumas variedades do português apresentam o alofone [t̪] para o fonema /t/ e outras variedades possuem alofone [t].*
- Na variedade escrita e formal da língua portuguesa, usamos mais o futuro sintético (e.g. comprarei) do que na variedade oral, em que usamos mais o futuro analítico (e.g. vou comprar).

Essas diferenças (variantes) podem ser analisadas uma a uma ou interpretadas em seu conjunto. Para estudos quantitativos, elas podem ser atribuídas de um valor numérico (Por exemplo, 0= formas idênticas e 1= formas distintas), e assim se medir o distanciamento entre as variedades. Por exemplo, toma-se a variedade **X** como referência e, então, calcula-se o número de formas distintas entre variedade **X** e **Y**, e **X** e **Z**, para então se medir qual variedade é mais distante de **X**: **Y** ou **Z**.

5.4.3 AUTOPERCEPÇÃO DE VARIAÇÃO

Nesse tipo de estudo, elabora-se um questionário para ser respondido por indivíduos ou por grupos de indivíduos simultaneamente. As perguntas são relacionadas à percepção desses indivíduos sobre inteligibilidade mútua e variação linguística, seja interna à sua língua de referência ou entre línguas distintas. Abaixo apresentamos algumas sugestões de perguntas aplicáveis a esse tipo de estudo:

- Existem diferenças na maneira como as mulheres e os homens falam em sua comunidade? Em que as falas de mulheres e homens são diferentes?
- Na sua região, há pessoas que moram em outros lugares que falam parecido à forma que vocês falam? Em que se parecem? Em que são diferentes?
- As pessoas da localidade X falam como vocês? Em que se parece? Em que são diferentes?
- Quem na sua região fala parecido à forma como as pessoas da localidade Y falam?
- Você consegue entender o jeito que o pessoal da localidade Z fala? Você gosta de ouvir o jeito deles de falar?
- *Vocês conseguem entender a forma como as pessoas falam na localidade W?*
- *O que na fala do pessoal da localidade Y lhe parece mais diferente da maneira como vocês falam aqui?*

Sugere-se que as perguntas evitem termos técnicos como variedade e dialeto, pois não sabemos exatamente o que cada comunidade entende por esses termos. As perguntas devem ter como base variáveis sociais específicas e significativas para a comunidade linguística, especialmente localidade, sexo, idade, e outros segmentos sociais. É importante que esse tipo de questionário não seja por demais longo e complexo.

O linguista norte-americano Dennis R. Preston, na década de 1980, desenvolveu cinco métodos para investigação da dialetologia perceptual (ramo da linguística relacionado com a autopercepção da variação), dos quais destacamos dois (PRESTON, 1999):

- **Desenhar um mapa:** os falantes da língua de referência recebem um mapa simplificado de sua região, e então são requisitados a desenhar fronteiras que identifiquem a localização onde eles acreditam que há pessoas que falem línguas/variedades diferentes.
- **Grau de diferenciação:** os falantes da língua de referência são requisitados a avaliar numa escala o grau de similaridade ou diferença da sua língua com outras línguas/variedades. No sistema original de Preston a escala tinha quatro graus (conforme utilizamos no formulário do INDL): 1=mesma variedade, 2=variedade um pouco diferente, 3=diferente e 4=incompreensível/muito diferente.

É interessante juntar esses dois procedimentos e, além disso, juntar outras questões de atitudes linguísticas correlatas. O linguista Helder Peri (em comunicação pessoal ao IPHAN) descreveu um procedimento de “dialetologia perceptual” (que ele desenhou para o contexto Yanomami). O objetivo foi produzir um “mapa” de como os falantes de uma comunidade percebem seu entorno linguístico. O mapa traz as identificações das variedades conforme elas são percebidas pelos falantes de cada localidade, além das percepções e atitudes dos falantes sobre essas variedades. Aplicando-se um questionário para cada um dos grupos sociais significativos numa região ou mesmo numa comunidade linguística, teve-se como resultado vários mapas que representam as múltiplas percepções de variação.

Uma vez que a escala de percepção de diferenças e similaridades entre línguas/variedades do formulário está baseado em 4 níveis, é importante que ao elaborar os questionários ou outras metodologias de pesquisa os inventários estejam atentos para conseguir encontrar correspondência entre as categorias usadas pelo formulário do INDL e as utilizadas pela pesquisa.

Deve-se buscar simetria na aplicação dos questionários entre os diferentes grupos sociais pesquisados e que podem ser tidos como uma mesma comunidade linguística. Ou seja, se se aplica um questionário para os Xavante, deve-se aplicar o mesmo para os Xerente. Isso porque a variação deve ser entendida como uma via de mão dupla entre grupos sociais que se percebem linguisticamente diferentes ou similares. Caso se note percepções diferentes entre um grupo **X** e um grupo **Y**, isso é um fato significativo a ser notado para o estudo da problemática língua e variedade.

Esse tipo de questionário tem um grande potencial para se levantar variantes linguísticas, como sons e palavras, que são percebidas como marcadores linguístico-culturais. Além disso, questões como atitudes sobre a língua e suas variedades e inteligibilidade mútua podem ser aferidas a partir dessa metodologia. A convergência e a divergência das respostas entre os diferentes grupos sociais devem apontar para fatos extremamente relevantes para se produzir conhecimento sobre língua e variedades.

5.4.4 TESTES DE INTELIGIBILIDADE MÚTUA

Testar a inteligibilidade mútua entre duas variedades/línguas tem como procedimento básico expor falantes a uma variedade/língua diferente da sua e aferir sua compreensão. Isso pode ser feito de forma individual ou coletiva, seguindo procedimentos quantitativos e/ou qualitativos. Em todo caso, é muito importante que testes de inteligibilidade sejam feitos simetricamente, ou seja, que sejam testados falantes de uma variedade **X** sobre a variedade **Y**, assim como também sejam testados falantes da variedade **Y** sobre a variedade **X**.

Um passo inicial é perguntar para indivíduos ou grupos de indivíduos sobre sua compreensão de outra língua/variedade em questão. Isso já foi sugerido como um teste de autopercepção da variação. Assim como sugerido com relação a essa

questão, uma vez que a escala de inteligibilidade entre línguas/variedades está baseado em 4 níveis, é importante que ao elaborar os questionários ou outras metodologias de pesquisa, as equipes dos inventários estejam atentas para conseguir encontrar correspondência entre as categorias usadas pelo formulário do INDL e as utilizadas pela pesquisa.

Outro procedimento simples, porém não muito controlado e quantificável, é contar com pesquisadores-falantes na equipe executora para averiguar inteligibilidade mútua sobre outras variedades não faladas por eles. Pede-se que o pesquisador-falante da equipe converse com uma outra pessoa, falante de outra língua/variedade, sobre um tópico específico. Então, pede-se que o pesquisador-falante avalie sua compreensão da variedade da outra pessoa, e a aparente compreensão da outra pessoa sobre a variedade falada pelo pesquisador. Essa avaliação pode ser expressa por uma escala: “a pessoa compreendeu tudo, mais ou menos, nada”.

Procedimentos mais controlados se baseiam em gravações de textos ou frases, e na aplicação de testes específicos. Abaixo apresentamos os procedimentos básicos desse tipo de teste:

- **1º PASSO:** Escolher as variedades/línguas a serem testadas e um grupo de indivíduos representativo de cada uma dessas variedades/línguas;
- **2º PASSO:** Gravar um texto ou frases em cada uma dessas variedades (melhor um texto que frases descontextualizadas). O texto deve ter um tema específico (por exemplo, relacionado à história de vida de alguém, um fato ocorrido com alguém) e ser relativamente curto (dois minutos, por exemplo);
- **3º PASSO:** Após a gravação dos textos, deve-se definir como a inteligibilidade será aferida. Existem dois procedimentos possíveis:

QUESTIONÁRIO: para cada texto representativo de cada variedade/língua, deve-se definir 10 perguntas para serem respondidas pelas pessoas que deverão ser testadas (as perguntas podem estar numa língua de contato ou traduzidas na língua/variedade dos falantes sendo testados). Para “calibrar” as perguntas, deve-se testá-las e adequá-las antes com os próprios falantes da variedade/língua em que o texto foi gravado. Quando esses falantes conseguirem responder as perguntas próximo a 100% de acerto, assume-se que as perguntas estão adequadas.

RECONTAGEM: em vez do uso de questionários, as equipes podem definir um conjunto de informações centrais sobre o texto, do qual se espera que os falantes testados demonstrem compreensão. A demonstração de compreensão se afere a partir da recontagem do texto pelos falantes sendo testados, observando dentro do conjunto de informações centrais pré-definidas o que foi incluído (acerto), mal compreendido (erros) ou omitido (neutro: nem acerto nem erro) pelos falantes.

- **4º PASSO:** Após o preparo dos procedimentos, as equipes devem escolher como administrá-los, ou seja, se os testes serão aplicados individualmente ou coletivamente. No caso de aplicação individual, deve-se contar os erros e os acertos de cada indivíduo na compreensão do texto, seja a compreensão medida a partir de questionários ou pela recontagem. Já na aplicação coletiva, as equipes devem primeiro estar atentas ao processo coletivo de compreensão do texto (como as pessoas conversam sobre o texto antes de responder aos questionários ou antes de recontar o texto). Esse tipo de observação revela dados muito importantes, ausentes na aplicação individual. Em seguida, deve-se escolher uma pessoa do grupo para ser o representante para recontar o texto ou responder as perguntas do questionário. A aplicação coletiva torna o estudo menos controlado e mais qualitativo, enquanto a aplicação individual torna o estudo mais controlado e mais quantificável.

Aferir diferentes graus de inteligibilidade mútua é um importante indicador para se distinguir língua e variedades. No entanto, devem-se combinar esses indicadores com outras questões, relativas à dicotomia entre língua e variedade, com o objetivo de instrumentalizar equipes e comunidades nas definições sobre o que são línguas e o que são variedades.

6. Usos linguísticos

O formulário no módulo **Diagnóstico sociolinguístico** traz uma série de questões que perpassam a noção de usos linguísticos, tal como definido no VOLUME 1. A caracterização dos usos linguísticos numa comunidade é um dos pontos mais importantes de um inventário. Para a produção de conhecimentos, usos linguísticos é um detalhamento de questões antecipadas nos Conceitos Estruturantes quando discutimos Falantes, e permite um olhar que contextualiza o uso da língua de referência e de outras línguas com as relações socioculturais existentes na comunidade. As informações deste item são muito importantes para a apreensão do grau de vitalidade das línguas e da identificação dos possíveis espaços onde as línguas minoritárias estejam sendo deslocadas, espaços para ações de salvaguarda futuras.

6.1 LÍNGUA DOMINANTE

Uma das questões fundamentais para este item é a identificação das línguas dominantes numa comunidade linguística. O conceito de língua dominante é tomado aqui como algo relativo, a partir da convergência de critérios demográficos, de aquisição, de uso e de valor cultural que uma língua possua. Além disso, assumimos que dominância é relativa devido às situações multilíngues numa comunidade, de modo que a partir de certos critérios faz sentido identificar não apenas uma, mas um conjunto de línguas mais dominantes num grupo social.

Para responder a essa questão sugerimos que a relevância social seja avaliada com base nos seguintes critérios:

- **DEMOGRAFIA:** as línguas dominantes, em tese, possuem um maior número de falantes e de falantes potenciais. Esse é um critério puramente quantitativo – línguas mais populosas são mais dominantes na comunidade.
- **AQUISIÇÃO:** em geral, são dominantes as línguas que são adquiridas como primeira língua pela maioria da população⁷. No entanto, se for detectado que uma língua está sendo aprendida como segunda língua por um número grande de pessoas na comunidade, é importante entender o porquê disso – o que consequentemente poderá colocar essa língua como uma das mais dominantes na comunidade.
- **DOMÍNIOS SOCIAIS:** são dominantes as línguas que são usadas mais frequentemente e na maioria dos domínios sociais da vida comunitária – sobretudo os domínios tidos como mais relevantes para a vida cotidiana. É, pois, necessário um olhar etnográfico apurado sobre esses domínios: quais deles são mais básicos para a vida social, quais deles são mais tradicionais ou mais inovadores, quais são tidos como culturalmente mais importantes? É comum que haja uma divisão dos domínios sociais e as línguas, por exemplo, o português é usado na escola e no trabalho, e o japonês é usado em casa e nas cerimônias religiosas. Ou é comum que num mesmo domínio mais de uma língua seja usada: em casa usa-se tanto o português quanto o alemão.
- **VALOR CULTURAL:** São dominantes as línguas cuja comunidade percebe como a mais marcante para a identidade coletiva do grupo, aquelas que possuem um valor cultural diferenciado como referência cultural. Em geral essa seria a língua de referência, entretanto, mais de uma é possível. Por exemplo: o caso do russo como língua de casa e o francês como língua de cultura na Rússia czarista.

O módulo de diagnóstico sociolinguístico do formulário pede a identificação de uma a três línguas dominantes, listadas hierarquicamente, a partir da que o inventário julgue a mais dominante para a que é menos dominante. A escolha dessas línguas e também sua hierarquização deverão ser justificadas pela equipe. De fato, cada um dos critérios acima é um campo próprio de pesquisa, o que faz com que esta questão seja em último grau uma síntese sobre toda a seção usos linguísticos.

7. Mais de uma língua pode ser adquirida como primeira língua, especialmente quando os pais falam línguas diferentes ou são eles mesmos bilíngues.

6.2 AQUISIÇÃO E TRANSMISSÃO DA LÍNGUA

Aquisição é um tema que se desdobra em duas questões. Primeiramente, devemos saber as formas pelas quais as línguas dominantes na comunidade são adquiridas. Por “forma” entendemos um conjunto de fatores como: (i) se as línguas são adquiridas como primeira ou segunda língua; (ii) quando na vida dos indivíduos as diferentes línguas são adquiridas (na infância, na idade escolar, na fase adulta, etc.); (iii) e em que situações sociais (onde e com quem) a língua é geralmente adquirida (em casa com os pais, nas ruas com amigos, na escola, etc.). Essas questões podem ser respondidas por questionários individuais, com perguntas explícitas com relação às línguas faladas por cada indivíduo, bem como por outros métodos de pesquisa com a comunidade, como observação etnográfica e reuniões.

A segunda questão sobre aquisição diz respeito à transmissão da língua de referência. Todos os inventários, básicos ou amplos, devem responder à pergunta sobre o grau de transmissão da língua. Propomos quatro níveis para a transmissão da língua, definidos da seguinte maneira:

- **ESTÁVEL:** quando todas ou aproximadamente todas as crianças estão aprendendo a língua
- **EM CRISE:** quando muitas crianças já não aprendem a língua, sendo isso verdade para um número considerável de residências e/ou localidades dentro do território da língua.
- **INTERROMPIDA:** quando as crianças não mais aprendem a língua e os últimos falantes nativos são da geração dos adultos ou mais velhos.
- **EM RETOMADA DE CRESCIMENTO:** quando houve um intervalo na transmissão da língua entre gerações mas houve retomada recente e crianças voltam a aprender com anciãos, já que muitas vezes os próprios pais não falam.

É importante notar que isso se trata de tendências na língua, de modo que a diferença entre uma transmissão estável e em crise não é um fato estatístico apenas. Da mesma forma, a transmissão da língua pode estar ocorrendo de forma diferente em localidades e/ou contextos familiares distintos. Entendemos que quando há ambiguidades incontornáveis para se decidir se a transmissão está em crise ou estável, é porque a língua está numa tendência de crise. Além disso, quaisquer detalhes, como as diferenças na transmissão entre diferentes localidades, devem ser mencionados no quadro de observações.

O grau de transmissão da língua pode ser investigado por diferentes maneiras, especialmente entrevistas com pessoas-chave e observações etnográficas. A forma mais objetiva é através da realização de um levantamento demográfico.

É este tipo de levantamento que permitirá averiguar outra questão do formulário: a taxa de transmissão intergeracional da língua de referência. Diferente do

grau de transmissão da língua, a taxa de transmissão somente é requerida para inventários amplos. O cálculo dessa taxa envolve a verificação da proficiência linguística da língua para cada geração, seguindo os levantamentos de tipos de falantes (fluentes, parciais e não falantes) para cada faixa etária (infância, juventude, adulta I, adulta II e velhice), o que levará a perceber eventuais perdas (e ganhos) de níveis de fluência de uma geração para outra.

Os inventários que não fizerem um levantamento demográfico, em que se investiga a proficiência de diversos indivíduos na comunidade, não serão capazes de responder à questão de taxa de transmissão da língua. Responderão apenas, de forma holística, a questão sobre o grau de transmissão da língua.

6.3 SITUAÇÕES SOCIAIS DE USOS LINGUÍSTICOS

A investigação sobre os domínios sociais de usos das línguas é importante para se responder a quatro questões do formulário do INDL.

A questão central para esse campo é sobre as situações comunicativas dos usos linguísticos. Um trabalho detalhado sobre esse tema permitirá que as demais questões nos inventários sejam respondidas com maior facilidade. No entanto, por ser um tema dos inventários amplos, situações comunicativas exigem um trabalho de observação etnográfica profundo, especialmente com o suporte de pesquisadores-comunitários, entrevistas com pessoas-chave e até mesmo reuniões. É ainda um tema por excelência para a documentação de amostras de uso da língua. Para se investigar essa temática sugerimos os seguintes procedimentos:

- Deve-se fazer um bom levantamento dos principais âmbitos sociolinguísticos da vida na comunidade (ver sugestões mais abaixo);
- Em seguida, para cada situação, deve-se compreender quem são os interlocutores, ou seja, quem são as pessoas que participam de cada âmbito sociolinguístico;
- Então, deve-se notar qual o canal de comunicação usado em cada domínio, basicamente oral/gestual ou escrito;
- Por último, as equipes devem investigar as interações linguísticas em cada um desses âmbitos sociais, de modo a responder em cada um desses âmbitos sociolinguísticos.

Pode haver casos em que uma língua de referência é sempre usada numa dada situação social, como, por exemplo, “na igreja fala-se sempre o alemão”, “na escola usa-se sempre o português”. Mas pode haver outros casos em que o uso de uma determinada língua varia de acordo com a faixa etária dos indivíduos, por exemplo, “em casa, marido e mulher falam em Nheengatu, mas pais e filhos falam somente em português”. Assim, as interações linguísticas devem ser notadas levando-se em consideração todas as variáveis relevantes, isto é, âmbitos sociais, interlocutores e canal.

A questão dos âmbitos sociolinguísticos é deixada em aberto, pois entendemos que ela varia de comunidade para comunidade. Não obstante, sugerimos uma lista básica a seguir:

Casa	Reuniões na comunidade	Rádio
Cidade	Centro comunitário	Telefone
Dentro da comunidade	Locais de trabalho	Roça
Festas	Jogo de futebol	Escola
Mercado	Pescaria / Caçada	Banho no rio
Vizinhança	Igreja	Internet

Uma maneira de se conceber os âmbitos sociolinguísticos é por meio de um universo de situações gradativas, entre polos opostos, tais como: situações públicas versus. situações privadas, situações tradicionais vs. situações novas, etc. Por exemplo, a relação entre público e privado pode ser concebida da seguinte maneira:



A análise sobre qual língua é mais usada em cada âmbito sociolinguístico pode ser feita a partir de questionários individuais, com perguntas como “qual língua você costuma usar na escola quando fala com seus colegas de classe?” ou “qual língua você costuma usar para vender farinha na cidade?”. No entanto, o método mais importante é observação etnográfica, pois o comportamento linguístico dos indivíduos nem sempre pode ser fielmente conhecido por autodeclarações.

Sobre a língua usada com maior frequência pela comunidade linguística, podemos investigar de duas formas. Em inventários amplos, nos quais é feita uma investigação mais detalhada sobre situações comunicativas, pode-se inferir com base nessa investigação qual língua é mais frequentemente usada em situações cotidianas da comunidade, uma vez que as situações cotidianas e as línguas usadas em cada contexto já estarão definidas. Outra maneira é incluir uma pergunta em questionários individuais sobre qual língua o entrevistado usa com mais frequência no . O problema dessa pergunta é que, em muitos casos, a resposta poderá ser inconclusiva. Assim, reuniões e, sobretudo, observação etnográfica são as melhores estratégias.

O trabalho de identificação dos domínios sociais de usos da língua é um excelente

aporte para a avaliação sobre a dinâmica dos usos das línguas de referência. Caso um trabalho detalhado sobre os domínios de uso da língua não tenha sido realizado, a dinâmica dos usos pode ser investigada com base em outros métodos, como entrevistas com pessoas-chave e observações etnográficas. Para essa questão, os inventários deverão classificar a situação dos usos da língua de referência numa escala conforme definido a seguir:

- **Uso em expansão:** quando a língua é usada em todas as situações de contatos interpessoais na comunidade linguística e vem expandindo seu uso para novas situações sociais e esferas públicas mais amplas, dentro e/ou fora da comunidade⁸.
- **Uso estável:** quando a língua é usada em todas as situações de contatos interpessoais de seus falantes dentro da comunidade linguística, mas não existe um quadro de expansão de usos da língua para certas situações sociais inovadoras dentro da comunidade linguística ou para fora dela⁹.
- **Uso em retração:** quando a língua vem perdendo espaço nas situações sociais em que era tradicionalmente falada, sobretudo nas esferas privadas da vida familiar e internas à vida comunitária.
- **Uso restrito:** quando os falantes utilizam a língua em situações sociais muito específicas, como em situações religiosas, festivas, ritualísticas, etc.
- **Uso interrompido:** quando os últimos falantes nativos da língua não a utilizam mais, somente em raríssimas e especiais situações, como, por exemplo, quando são pedidos para falar na língua.

É importante notar que se trata de tendências nos usos da língua, de modo que a diferença entre uso estável e em retração, por exemplo, não precisa ser apontada como um fato estatístico. Do mesmo modo, pode haver fatos contraditórios, como por exemplo, os usos da língua estarem em expansão devido a uma política de uso da língua em rádios, mas, por outro lado, ela estar sendo cada vez menos usada em casa. Deve ser apresentada uma discussão detalhada sobre isso nos inventários, mas para efeitos de marcação na escala, sugerimos que os níveis mais básicos de usos linguísticos, como o familiar, por exemplo, sejam tomados como mais importantes.

A questão sobre usos linguísticos especiais procura investigar os usos marcados por um valor cultural especial, destacados dos demais usos cotidianos na língua devido ao fato de acontecerem em domínios sociais especiais e implicarem

8. Basicamente, o que caracteriza esse nível são os usos da língua como língua oficial; como língua de instrução na escola; a existência de serviços públicos na língua; a produção de recursos impressos e eletrônicos na língua; o uso da língua em ambientes virtuais; uso da língua como língua franca por pessoas cuja língua materna é outra, etc.

9. Crucial para este ponto é notar que a língua pode ser amplamente utilizada em espaços privados ou internos a certos grupos e situação sociais dentro da comunidade, mas não em esferas públicas mais amplas, como a escola, em meios de comunicação impressos e eletrônicos, não possuir uma ortografia, etc.

uma manipulação dos repertórios linguísticos de forma diferenciada. Como sugestão de tipos de usos especiais temos os seguintes:

CANÇÕES	BENZIMENTOS, REZAS, ORAÇÕES, HINOS RELIGIOSOS	LADAINHAS
Contos infantis	Poemas	Representações dramáticas
Mitos	Provérbios, ditados	Oratória pública
Diálogos cerimoniais	Lamentações	Receitas culinárias
Jogo de palavras	Piadas, anedotas	Instruções de como se fazer artefatos, construções, festas tradicionais, etc.

É evidente que cada tipo dos usos sugeridos acima tem desdobramentos e subtipos nas comunidades a serem investigadas. As equipes devem começar por um levantamento em fontes secundárias e junto à comunidade linguística, como por exemplo, com pesquisadores-comunitários e observações etnográficas sobre os usos linguísticos especiais. É importante que sejam levantados os usos conforme as categorias que a comunidade utiliza para identificá-los. Após a identificação dos principais usos especiais, as equipes devem caracterizá-los, indicando em quais situações sociais eles ocorrem geralmente e apresentando uma descrição das características formais e dos conteúdos de cada uso especial identificado. Essa questão é importante, sobretudo, para a documentação de amostras de usos da língua. Sugerimos ainda que no trabalho de produção de conhecimento, sejam gravadas entrevistas com falantes de referência para documentar a visão da comunidade linguística sobre os usos especiais da língua.

6.4 *ESCRITA, LEITURA E GRAFIAS*

A escrita é uma temática importante para os inventários. É necessário saber quais línguas possuem grafias, como está a sua situação e seu uso nas comunidades, bem como se as comunidades efetivamente usam a escrita, se existe uma tradição de textos escritos em diversos gêneros, qual o nível de proficiência das pessoas na escrita e na leitura, em qual língua costumam escrever e que tipos de textos produzem. Isso pressupõe a língua em que os falantes são alfabetizados, bem como a questão sobre grafias na língua de referência.

Para se investigar os textos produzidos numa comunidade, as equipes devem estar familiarizadas com a vida social dos falantes. Por isso, observações etnográficas e entrevistas com pessoas-chave são as técnicas mais recomendadas. Essa questão está intimamente relacionada à investigação dos usos sociais da língua, e deve ser investigada paralelamente.

Uma questão particular sobre o uso da escrita pela comunidade é a análise e documentação da paisagem linguística. Paisagem linguística é uma tradução dos estudos de language landscape. Isso inclui o registro, sobretudo, da presença visual da língua, como se observa nas seguintes categorias:

- Meios descartáveis, como cartazes, faixas, banners, cartolinas e outdoors.
- Meios de identificação de estabelecimentos públicos, particulares e comerciais
- Incrições em cemitérios, muros, edifícios, paredes, rochas, árvores, etc.
- Meios perenes de sinalização em lugares de circulação pública, como placas de trânsito, placas de turismo, nomes de lugares entre outros.

Paisagem linguística é um item importante sobre o uso da língua e tem especial relevância para a percepção dos falantes sobre a vitalidade da língua devido à exposição em espaços públicos dos textos escritos.

Inventários amplos devem fazer a avaliação de proficiência em escrita e leitura dos indivíduos, e devem abarcar a língua de referência e o português¹⁰. Essa questão não precisa ser avaliada para um contingente populacional extenso. Por isso, é necessário que as equipes indiquem no formulário o número absoluto dos indivíduos pesquisados e, então, procurem generalizar seus dados para que seja possível realizar uma estimativa da proficiência em escrita e leitura da comunidade. Mesmo que haja dados governamentais atualizados sobre essa questão, enfatizamos a importância de que esse levantamento seja realizado pelas equipes e que, posteriormente, seus resultados sejam cotejados com fontes secundárias de informação.

Assumimos três níveis de proficiência em escrita e leitura: pleno, parcial e nulo. Leitura e escrita devem ser avaliadas separadamente. Sugerimos procedimentos bem simples, como pedir que os falantes leiam e escrevam pequena listas de palavras, frases e pequenos parágrafos. Após um falante escrever, outro deverá ler e avaliar a proficiência do primeiro. Para avaliar a leitura, deve-se pedir que um falante letrado escreva um texto curto, frases ou palavras, e então pedir para outro falante ler. Com base na sua compreensão de leitura, avalia-se sua proficiência. Por essas razões, contar com pesquisadores-falantes, sobretudo professores, é fundamental.

A existência de grafia para uma língua é entendida como um aspecto fundamental para o suporte de ações diversas de salvaguarda linguística, incluindo seu uso nas escolas, na alfabetização, em ambientes digitais, na produção de recursos bibliográficos diversos e na revitalização de línguas ameaçadas ou adormecidas. Não se sabe ao certo quais línguas no Brasil possuem grafias atualmente. Sabe-se, no entanto, que as grafias existentes para as línguas minoritárias variam em termos de qualidade técnica e funcionalidade para as comunidades de falantes dessas

10. Se a língua de referência não possui ortografia, essa questão não se aplica a ela.

línguas. Ao mesmo tempo, a existência de línguas com mais de uma grafia pode se relacionar com cisões dentro de uma comunidade linguística e dificultar a implantação de programas de salvaguarda linguística.

Assim, os inventários devem identificar se a língua está atualmente sem escrita, se possui uma escrita ou se possui múltiplas formas de escrita (e quantas). Deve-se produzir um diagnóstico sumário sobre essas grafias, identificando se estão sendo usadas pela comunidade (especificando quais grupos as usam e em quais contextos comunicativos), qual a origem das grafias (quem as elaborou, quando, para que propósito) e, por fim, contrastar as diferentes grafias existentes para uma única língua.

A metodologia para contrastar as grafias diferentes também não deve ser muito complexa. As amostras de escrita na língua podem ser coletadas a partir de listas de palavras e textos. Listas de palavras são uma ferramenta que garantem uma maior padronização e controle. A situação pode ser diagnosticada facilmente por meio de amostras de escrita independentes baseadas, por exemplo, na mesma lista de 25 palavras, transcritas por 5 alunos e alguns professores. O mais interessante é ter palavras escolhidas por linguistas familiarizados com a fonologia e as formas de escrita da língua, de modo que essas palavras representem casos mais suscetíveis a apontar inconsistências e/ou divergências entre as grafias.

Os alunos e membros da comunidade podem ser identificados pelos professores. Dois professores, independentemente, podem avaliar a proficiência de cada aluno, com as avaliações sendo comparadas. Avaliações desencontradas devem ser investigadas. Deve-se aplicar o teste usando-se duas listas de palavras preparadas em colaboração com os professores: uma lista escrita em português e uma na língua de referência. Na lista em português, ao lado de cada palavra, o correspondente na língua indígena deve ser escrito. Na lista de palavras na língua de referência o procedimento seria o contrário: escrever o correspondente em português. Em seguida, os resultados seriam comparados com as listas corretas fornecidas pelos professores. Esses testes podem ser escaneados, guardados e analisados.

Destacamos que os testes para analisar as grafias podem ser combinados com os testes para verificação do nível de proficiência em escrita e leitura na comunidade. No entanto, enquanto listas simples de palavras são mais apropriadas para se testar as grafias, a verificação da proficiência de escrita e leitura na comunidade exige textos um pouco mais elaborados, como se sugeriu na seção anterior.

As amostras de escrita na língua que forem criadas para os testes de proficiência em escrita e leitura ou para se contrastar as diferentes grafias devem ser digitalizadas para integrarem o acervo digital. Sugere-se que tanto textos quanto palavras sejam escritos à mão pelos falantes. Pode-se adicionalmente coletar amostras de escrita em publicações na língua. Para integrar o acervo digital do inventário, as equipes executoras deverão escanear ou tirar fotos das amostras de escrita, disponibilizando-as em formato JPEG. Caso as publicações na língua possam ser disponibilizadas para o acervo digital, elas devem estar em formato PDF.

7. *Atitudes e representações*

Atitude é um conceito evasivo, assim como o de representação linguística. Nos inventários, não se espera um aprofundamento exaustivo do tema, tampouco que ele seja ignorado, pois, de fato, atitudes e representações permeiam a maior parte dos itens propostos para as produções de conhecimento das línguas, uma vez que a relação entre um falante e sua língua nunca será neutra. Atitudes e representações linguísticas estão presentes em todos os itens do formulário e podem ser decisivas, como no caso da denominação de uma língua

Desse modo, mesmo que não sejam objetos primários de investigações, atitudes e representações linguísticas estão sempre presentes e permeiam as circunstâncias do trabalho em campo, assim como os próprios dados. Embora seja um item muito importante para compreender o status e as perspectivas de manutenção ou perda de uma língua, o terreno das atitudes e representações linguísticas é muito fluido e evasivo. Incorporado da Sociopsicologia, o conceito de atitude mais frequentemente utilizado na Sociolinguística foi cunhado por Lambert & Lambert (1975, p. 100):

Uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir a, grupos, problemas sociais ou, de modo mais geral, a qualquer acontecimento no ambiente. Os componentes essenciais das atitudes são pensamentos e crenças, sentimentos e emoções, bem como tendências para reagir. Podemos dizer que uma atitude se forma quando tais componentes estão de tal modo inter-relacionados, que as tendências de reação e os sentimentos específicos se tornam coerentemente associados ao objeto da atitude.

Uma atitude frente a uma língua implica, necessariamente, que o indivíduo possua uma representação cognitiva da mesma: não é possível medir atitudes positivas ou negativas de um sujeito sobre um determinado item se aquele elemento não tiver uma representação cognitiva minimamente estruturada para essa pessoa. Assim, um sujeito que nunca conheceu uma romã, não poderá manifestar atitudes positivas ou negativas sobre essa fruta. O paralelo não é exatamente o mesmo para línguas, uma vez que atitudes sobre línguas estão/podem estar atreladas a um povo, um país, etc. e não apenas a uma língua.

Desse modo, as noções de atitudes e representações requerem atenção especial, sobretudo metodológica, por parte dos pesquisadores, dada a subjetividade e fluidez desses conceitos¹¹. Dentre esses itens, destacamos:

11. Para mais sobre atitudes e representações, indicamos: Kaufmann (2011).

- Influência de atitudes e representações sobre o comportamento linguístico: essa relação não é direta, embora tenhamos salientado que a relação dos falantes com suas línguas não é de neutralidade e que, portanto, atitudes e representações linguísticas podem influenciar comportamentos linguísticos, mas não o fazem necessariamente.
- Normas sociais x atitudes: uma das razões pelas quais a influência de atitudes e representações não é direta sobre o comportamento linguístico é que indivíduos estão inseridos em contextos nos quais coexistem muitas normas sociais e essas geralmente se sobrepõem a atitudes individuais, ou seja, o indivíduo tende a agir em consonância com o esperado pelo grupo.
- Atitudes gerais x comportamentos específicos: atitudes gerais não possuem relação direta com comportamentos específicos, ou seja, uma atitude positiva geral para com o grupo/língua não é garantia de interesse na manutenção e transmissão da própria língua.
- Contradições intrínsecas: uma atitude positiva não necessariamente corresponde a um comportamento equivalente – o indivíduo pode reconhecer o valor de uma dada língua e, ainda assim, não estar disposto a adquiri-la por razões de ordem diversa.

Espera-se que os inventários problematizem as línguas para além de sua função comunicativa, ou seja, que apresentem e discutam aspectos que demonstrem como as línguas funcionam (ou não) como referência cultural, como elemento de distinção e marcador de identidade(s). Questões sobre atitudes e representações estão dispersas por todo o formulário, pois essa é a natureza desse tema.

Atitudes e representações configuram um tema próprio no formulário, no qual os inventários terão de qualificar as atitudes com relação à língua numa escala e com relação a outras línguas (como o português) num texto descritivo. Também é importante que as equipes dos inventários estejam atentas para essa questão em diversos pontos da investigação sobre a comunidade linguística, pois as atitudes de indivíduos podem influenciar fortemente a avaliação de outras questões como proficiência, língua usada com maior frequência, língua na escola, língua e variedades, etc.

Para investigar esse campo, o ideal é trabalhar com um conhecimento profundo sobre a comunidade linguística. Assim entrevistas com pessoas-chave e reuniões são os meios mais recomendados. Não obstante, incluir perguntas sobre o tema em questionários individuais é também produtivo, e, para as equipes que tiverem um bom conhecimento da realidade da comunidade linguística, observações etnográficas e pesquisadores comunitários são métodos também possíveis.

Na tabela abaixo, exemplificamos com algumas perguntas que comumente são usadas para se investigar atitudes linguísticas. Como se vê, as respostas são classificadas numa escala de “concordância”, o que facilita captar o ponto de vista do sujeito (a língua hipotética que usamos é o japonês):

	CONCORDO PLENAMENTE	CONCORDO PARCIALMENTE	NÃO TENHO OPINIÃO FORMADA	DISCORDO
É importante que seus filhos aprendam japonês				
Japonês é uma língua bonita				
Japonês deveria ser ensinado nas escolas onde você estuda				
É mais importante uma criança aprender o japonês do que o português primeiro				
O japonês está acabando no Brasil				
Pessoas não descendentes de japoneses deveriam aprender japonês				
O japonês é um importante elemento da sua identidade				

8. Patrimonialização e oficialização

Nas últimas décadas, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, têm crescido as iniciativas de políticas linguísticas visando os direitos de minorias socio-linguísticas no Brasil. Os principais instrumentos dessas políticas têm sido os reconhecimentos patrimoniais e leis de oficialização nos níveis estaduais e municipais, além da Lei 10.436, de 24 de Abril de 2002, de oficialização da Libras a nível nacional.

Identificar línguas que tenham sido ou estejam sendo patrimonializadas ou oficializadas é uma importante ferramenta para se conhecer a diversidade desses instrumentos no território nacional e acompanhar as ações decorrentes desses processos, bem como sua efetividade. Dessa maneira, propõe-se uma tipologia das línguas com relação a esses dois instrumentos: Patrimonialização e Oficialização. Passemos a ilustrar cada um deles:

Com relação a leis de oficialização, propomos a identificação das línguas nas seguintes categorias:

- Língua Oficial: para as línguas que já possuem leis de oficialização a nível estadual, municipal e nacional;

- Língua em processo de oficialização: para as línguas em que já existe um projeto de lei para sua oficialização ou para as quais existe uma forte mobilização popular a favor de sua oficialização a curto prazo;
- Língua não-oficial: para as línguas sem leis ou projeto de leis de oficialização e para as quais não há condições sociais e políticas favoráveis a sua oficialização a curto prazo.

Com relação a leis de Patrimonialização, propomos as seguintes categorias:

- Língua reconhecida como patrimônio: para as línguas que foram reconhecidas por instituições públicas relativas ao patrimônio cultural, seja a nível municipal, estadual ou nacional;
- Língua em processo de reconhecimento patrimonial: para as línguas que já possuem projetos de reconhecimento patrimonial;
- Língua sem reconhecimento patrimonial: línguas sem projetos ou leis de reconhecimento patrimonial.

Devem ser identificados os municípios e estados onde a língua é ou está sendo oficial/reconhecida patrimonialmente, uma vez que há diversos casos onde uma língua é oficial/reconhecida num município ou estado, mas não em outros onde ela também é falada. Essas leis também devem ser caracterizadas. As equipes devem comentar sobre o que rege cada lei (por exemplo, se a lei prevê certos espaços públicos e sociais onde serviços e usos da língua serão implementados), qual o estado atual de implementação dessas leis. Recomenda-se que se digitalizem as leis identificadas e a incluam no acervo digital do inventário.

9. *Estabelecimento da escala da vitalidade linguística*

Um dos elementos do diagnóstico sociolinguístico aqui proposto é classificar as línguas dentro de uma tipologia de vitalidade linguística¹². Essa tipologia é geralmente apresentada como uma escala, que vai desde línguas extintas – sem falantes atuais nem a possibilidade de ter futuros falantes – até línguas fortes, como o português. A escala da vitalidade linguística sugerida no formulário classifica as línguas em sete categorias: Forte, Vulnerável, Ameaçada, Severamente Ameaçada, Desaparecendo, Adormecida e Extinta.

12. Essa prática é comum entre linguistas, governos e organizações como a UNESCO desde que ganharam força as discussões sobre a diversidade linguística no mundo no início da década de 1990. Suas raízes remontam ao programa de Reversão da Perda Linguística (FISHMAN, 1991), como um dos componentes para auxiliar as minorias linguísticas a lutarem pelo fortalecimento de suas línguas.

Para exemplos de outras escalas, nas quais nos baseamos, conferir FISHMAN, 1991; KRAUSS, 1997; UNESCO, 2003; GRENOBLE e WHALEY, 2006; NILS 2009; LEWIS et. al. 2013).

Na classificação das línguas dentro dessa escala são levados em conta critérios objetivos produzidos em pesquisa, bem como um esforço interpretativo **holístico** e **prospectivo** – a vitalidade atual de uma língua implica em se fazer prognósticos de como ela estará nas próximas duas ou três gerações. Os critérios objetivos são parte do diagnóstico sociolinguístico de cada inventário e a interpretação holística se dá a partir do conjunto desses critérios, além de outros menos objetivos. Os critérios objetivos para se determinar o grau de vitalidade de uma língua podem ser organizados hierarquicamente em três níveis:

- **Critério primário** – Grau de transmissão da língua (SEÇÃO 4.3)
- **Critério secundário** – Dinâmica dos usos sociais da língua (SEÇÃO 4.3)
- **Critérios adicionais** – Tamanho populacional da língua (= número de falantes), Situação escolar, Recursos humanos e documentais e Atitudes para com a língua.

O quadro abaixo apresenta a escala de vitalidade em correlação com os critérios de atribuição:

GRAU DE VITALIDADE	CORRELAÇÃO ENTRE OS CRITÉRIOS		
	TRANSMISSÃO DA LÍNGUA	DINÂMICA DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA	ADICIONAIS
6-Forte	estável	em expansão	a) Tamanho populacional para falantes nativos e potenciais b) Graus de atitude c) Situação escolar d) Qualidade e Quantidade de Documentação sobre a língua e) Falantes de Referência outros...
5-Vulnerável	estável	estável	
4-Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
3-Severamente Ameaçada	em crise ou em retomada de crescimento	em retração	
	interrompida	restrito	
2-Desaparecendo	interrompida	restrito	
1-Adormecida	interrompida	interrompido	a) Há falantes potenciais em um bom número
0-Extinta	interrompida	interrompido	a) Não há falantes potenciais

A classificação das línguas na escala de vitalidade linguística deve seguir três passos básicos:

- A determinação do índice de grau de transmissão e dinâmica dos usos sociais da língua, critérios primário e secundário respectivamente.
- A percepção da relevância dos critérios adicionais.
- A indução do grau de vitalidade da língua com base na interpretação dos critérios acima, bem como de demais fatores diagnosticados que possam ajudar a traçar um quadro prospectivo do futuro da língua.

A combinação dos critérios primário e secundário definem a priori certas possibilidades de classificação das línguas, mas não são critérios absolutos. Conforme se vê na tabela, alguns graus são idênticos com relação aos critérios primário e secundário. Cabe às equipes executoras dos inventários interpretar os critérios adicionais para decidir o grau (mais ou menos) preciso em que a língua se encontra.

Devemos notar as correlações entre os usos sociais da língua e a transmissão intergeracional. Em geral, espera-se que uso em retração se correlacione com transmissão em crise, do mesmo modo que uso restrito e interrompido se correlacione como transmissão interrompida. No entanto, isso não deve ser algo absoluto, de modo que as equipes executoras dos inventários têm a liberdade de apontar para uma diferente configuração desses indicadores e interpretar livremente o grau de vitalidade da língua – desde que isso esteja bem argumentado e justificado.

Abaixo, apresentamos alguns níveis que podem gerar dificuldades para serem interpretados:

- **Os graus 6-Forte e 5-Vulnerável** se diferenciam dos demais graus por ambos apresentarem um nível estável de transmissão intergeracional. A diferença entre os dois está no critério de Dinâmica dos usos sociais da língua, pois 6-Forte se refere a línguas em que os usos sociais estão em expansão, enquanto 5-Vulnerável os usos sociais estão estáveis.
- **Os graus 1-Adormecida e 0-Extinta** se caracterizam por terem a transmissão e os usos sociais da língua como interrompido. A diferença entre os dois se dá porque para **1-Adormecida** existem pessoas identificadas como falantes potenciais e por um conjunto de outros critérios que podem nos levar a crer que a língua poderá voltar a ser usada como meio de comunicação na comunidade. O mesmo não existe para uma língua classificada como **0-Extinta**.
- **O grau 2-Desaparecendo** também se refere a línguas cuja transmissão foi interrompida, mas que ainda são usadas em certas situações sociais, mesmo que de modo RESTRITO.

O grau **3-Severamente Ameaçada** é intencionalmente ambíguo entre os níveis **2-Desaparecendo** e **4-Ameaçada**. Essa ambiguidade se dá pela importância dos critérios adicionais para determinação desses graus da escala. Uma língua cuja transmissão está em crise e cujos usos sociais estão em retração pode ser classificada como **4-Ameaçada** em vez de **3-Severamente Ameaçada** caso haja bons indicadores nos critérios adicionais, como, por exemplo, uma grande população de falantes, atitudes positivas da comunidade para com sua língua, bons recursos educacionais, etc. A interpretação do conjunto de critérios adicionais como positivos pode também determinar a classificação de uma língua enquanto **3-Severamente Ameaçada**, em vez de **2-Desaparecendo**.

10. Autogestão, revitalização e promoção da língua

Esta seção aborda as principais estratégias de revitalização e promoção das línguas de modo a auxiliar as equipes dos inventários nos diagnósticos e elaboração de propostas para a valorização e promoção das línguas, bem como a autogestão da comunidade de falantes dessas ações. Ela serve de subsídio também para as equipes discutirem essa temática junto à comunidade e para se responder aos itens do módulo “Avaliação da vitalidade linguística, revitalização e promoção” no formulário do INDL.

De um lado, existe a responsabilidade dos falantes para a continuidade de uma língua, algo que nem sempre é objeto apenas da vontade individual ou coletiva. Por outro lado, é de responsabilidade dos agentes e instâncias promotoras da diversidade linguística e cultural atuar para viabilizar as condições políticas, econômicas e culturais para a promoção e valorização das línguas. Assim, podemos falar em duas dimensões da salvaguarda linguística: uma centrada nas comunidades linguísticas e outra propagada a partir de governos e organizações. Os casos mais celebrados de revitalização linguística no mundo, como a língua Maori, o Havaiano e o Hebraico, são exemplos de como as duas dimensões da salvaguarda linguística devem funcionar conjuntamente.

O plano de gestão de uma língua por parte da comunidade linguística é resultado do cumprimento dos seguintes procedimentos:

- Pesquisa e diagnósticos sobre a situação da língua
- Ações de mobilização social
- Estabelecimento de metas e objetivos para ações de revitalização e promoção da língua
- Implementação de estratégias e ações para a execução do plano de gestão da língua

O procedimento 1 é discutido na SEÇÃO 10.1, e o procedimento 2 na SEÇÃO 10.2. A SEÇÃO 10.3 traz algumas estratégias e ações para a execução do plano de gestão da língua.

Com relação ao PROCEDIMENTO 3, “Estabelecimento de metas e objetivos para ações de revitalização e promoção da língua”, vale dizer que primeiramente essas metas e objetivos são decorrentes das respostas às seguintes questões:

- Qual a atual situação da língua e da comunidade linguística?
- Quais são os ideais da comunidade para sua língua, isto é, como a comunidade gostaria de ver a situação da língua?
- Quais são as metas e objetivos de curto, médio e longo prazo para se atingir este ideal?

Citamos abaixo um exemplo de objetivos estabelecidos pelo plano de gestão das línguas dos grupos indígenas da Columbia Britânica, no Oeste do Canadá, os quais têm logrado grandes avanços em termos de auto-gestão econômica, linguística, cultural e política nos últimos anos (cf. First People’s Cultural Council, 2013). Os objetivos gerais desse plano de gestão foram os seguintes:

- Aumentar o número de falantes das línguas indígenas
- Expandir as oportunidades e circunstâncias para se usar as línguas indígenas
- Melhorar a proficiência das pessoas indígenas em suas línguas nas modalidades da fala, escuta, escrita e leitura
- Expandir os usos das línguas indígenas nas diversas atividades sociais contemporâneas
- Fomentar o plurilinguismo como um valor entre os povos indígenas e não indígenas

Para se atingir a esses objetivos um conjunto de estratégias foi estabelecido, tais como:

- Programas de imersões linguístico-culturais
- Publicações de guias metodológicos, livros didáticos e diversos materiais de referência sobre a língua e cultura indígena local
- Programas de formação e apoio para membros das comunidades
- Editais de fomento a projetos comunitários

A realidade dos objetivos, metas, estratégias e ações varia muito de contexto para contexto, de língua para língua. Por isso, a melhor estratégia para se planejar é partir de baixo para cima, isto é, de um bom diagnóstico sociolinguístico e atividades de mobilização social, para então se refletir sobre caminhos futuros a serem tomados. Nesse ponto, a pesquisa sobre outras experiências bem-sucedidas de revitalização e promoção de línguas é fundamental para inspirar e instruir o planejamento a ser elaborado e executado.

10.1 PESQUISA, DIAGNÓSTICOS E DOCUMENTAÇÃO

É necessário conhecer a situação de uma língua para se realizar ações de sustentabilidade mais eficazes. Conhecer essa situação implica minimamente em compreender questões relativas à comunidade onde a língua é falada, o estado atual e histórico da dinâmica dos usos das línguas nessa sociedade e os recursos, programas e ações que existem sobre e para a língua.

Esse tipo de conhecimento pode ser produzido de uma forma panorâmica, ou específica, de acordo com necessidades mais pontuais. Um diagnóstico panorâmico procura minimamente dar conta das seguintes informações:

- Qual a situação atual da língua com relação ao número de falantes, proficiência, transmissão, usos e atitudes?
- Que tipo de infraestrutura a língua conta, como recursos humanos, culturais, documentais, materiais e institucionais?

Diagnósticos específicos vão focar em questões sociolinguísticas específicas, como por exemplo, a educação escolar ou o uso da língua na família ou meios de comunicação.

Em todo caso, o que se investiga num diagnóstico tanto pode servir para se conhecer os problemas e planejar possíveis caminhos para solucioná-los quanto ser parte de um planejamento mais amplo, estando atrelado ao que se quer realizar numa dada situação sociolinguística.

A pesquisa pode ser pensada também como uma atividade individual ou coletiva de membros da comunidade linguística que tenham o interesse de investigar e difundir informações sobre a língua, cultura e história de sua comunidade. Isso seria a pesquisa comunitária, que tem o grande potencial de se tornar uma prática recorrente dentro da comunidade e, futuramente, poder subsidiar discussões mais amplas sobre ações e estratégias de revitalização e promoção da língua.

A documentação de eventos comunicativos concretos de uma língua com equipamentos de alta tecnologia tem diversas finalidades. Num primeiro momento, o processo de documentação é visto como uma oportunidade de mobilização da comunidade linguística na valorização de sua língua, onde oralidade e escrita, tradicional e digital se encontram para substanciar um processo em que se fortalecem línguas, sociedades e culturas. Como consequência mais imediata, a documentação linguística produz acervos multifuncionais e multimídias sobre diversos aspectos de uma língua como parte do presente e da memória de um grupo social. Esses acervos são de especial valor para ações de difusão e valorização das línguas. As comunidades devem ter cópias de todos os materiais. Além disso, com técnicas apropriadas de edição, constituição e conservação de acervos, os resultados podem ser disponibilizados para diferentes propósitos, sobretudo como recursos para se produzir materiais práticos que venham diretamente a impactar na sustentabilidade da língua dentro da comunidade linguística.

Outras ações possíveis da documentação linguística são as seguintes:

- Usar a documentação linguística como forma de pesquisa e formação de professores/pesquisadores comunitários.
- Aquisição de equipamentos e outros recursos tecnológicos para começar a montar uma infraestrutura local de documentação da língua.
- Documentação escrita da língua, dicionários, coletâneas de histórias, etc.
- Divulgação da língua, e da diversidade linguística como um todo, para a sociedade abrangente, contribuindo assim para a promoção do multilinguismo a nível nacional.

10.2 AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

Considerando a natureza participativa dos processos de inventário e a necessidade de articulação de atores para a salvaguarda da diversidade linguística, as ações de mobilização são fundamentais. Existem muitas possibilidades de construir processos de mobilização de comunidades e atores estratégicos. Elas incluem desde ações de divulgação dos projetos, até a constituição de conselhos de acompanhamento do desenvolvimento do inventário, e podem variar muito de acordo com a natureza e características da pesquisa.

Grande parte das ações de mobilização no âmbito dos inventários é direcionada às comunidades linguísticas diretamente relacionadas à pesquisa. Envolver, entretanto, a comunidade local e, quando necessário, aquela mais ampla, pode ser estratégico tanto para as ações de fortalecimento da língua e sua sustentabilidade, quanto para combater o preconceito e a inferiorização linguístico-cultural.

Como passo inicial, recomenda-se a identificação de pessoas-chave da comunidade – lideranças, professores, mestres da tradição cultural, autoridades, anciãos, etc.- e também outros atores que possam contribuir com o desenvolvimento do projeto – universidades, ONGs, órgãos e instituições de governo, etc. É interessante considerar nessas listas, as características de cada uma das pessoas e as suas possibilidades de contribuição para o projeto. Com essas listas elaboradas, é possível pensar estratégias de mobilização.

A organização de reuniões e fóruns de discussão costuma funcionar bem em diferentes comunidades, considerando-se, claro, as suas dinâmicas internas, inclusive de organização social. O contato prévio às reuniões, principalmente com as lideranças comunitárias, e a sua contribuição na mobilização de outros indivíduos, apoiando a organização da própria reunião, pode ser bastante interessante quando se trata de eventos que envolvam muitas pessoas.

As características das reuniões e as pessoas mobilizadas variam muito de acordo com os objetivos da ação. Recomenda-se que para as atividades de apresentação do projeto, de construção de anuências e de validação de resultados,

essas reuniões envolvam a maior quantidade possível dos membros da comunidade. Em algumas situações, é interessante que se constituam instâncias de representação – como conselhos de anciãos, por exemplo, ou comissões que contemplem os diferentes grupos ou regiões envolvidas no inventário –, cujo formato e funcionamento devem ser discutidos com as próprias comunidades. Essas representações geralmente são constituídas para o acompanhamento das atividades da pesquisa, para a validação dos dados, para ajudar a definir categorias de entendimento do campo, entre outras funções possíveis.

Outra possibilidade que deve ser averiguada quando do planejamento das estratégias de mobilização são as próprias estruturas de mobilização e comunicação existentes na comunidade. Em muitos casos, já existem redes de articulação dos diferentes grupos de uma comunidade e de informação – como rádios comunitárias, por exemplo –, que podem ser disponibilizadas para a divulgação do projeto e mobilização mais ampla dos atores.

Considera-se muito importante, ainda, que sejam preparados para essas ocasiões, materiais de apresentação do projeto e da política da diversidade linguística, nos meios mais adequados aos contextos dessas comunidades. É muito importante, principalmente para o início dos trabalhos, que o projeto e a natureza da pesquisa, com as suas etapas, finalidades, produtos sejam apresentados e discutidos com as comunidades. Por outro lado, recomenda-se também que sejam feitos registros audiovisuais/escritos dessas reuniões, pois além de memória do processo de pesquisa, elas funcionam como formalização dos acordos realizados entre os diversos atores.

10.3 **ESTRATÉGIAS E AÇÕES PARA REVITALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA**

10.3.1 **EDUCAÇÃO ESCOLAR**

A escola é um ambiente ambíguo para os falantes de línguas minoritárias. Historicamente, ela teve um papel repressor, em que se procurava suprimir as línguas minoritárias em favor de uma língua majoritária. Mais recentemente, tem se avançado em políticas educacionais interculturais e bilíngues, procurando valorizar as práticas culturais e linguísticas próprias de grupos minoritários.

As línguas minoritárias podem ter diferentes papéis nas escolas. Como se dará esse papel depende da situação da língua dentro da comunidade linguística onde ela é falada, bem como das expectativas que a comunidade tenha sobre a escola e da organização do sistema escolar nos níveis municipais, estaduais e federal. Em todo caso, essas questões devem ser definidas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. Os inventários podem ser um instrumento para se levantar esse tipo de questão, subsidiando ações mais pontuais no futuro.

Talvez o mais recorrente no Brasil hoje é ter as línguas minoritárias como uma disciplina escolar à parte, tal como Matemática, Ciências ou Inglês. Quando pen-

samos nessa modalidade, temos de estar atentos para uma questão fundamental sobre a abordagem do ensino: vamos ensinar a língua como se ensina uma segunda língua como o inglês e o espanhol, ou como uma primeira língua tal como se trabalha o ensino do português?

Vejam que a decisão da abordagem de ensino é crucial desde as séries iniciais, pois as práticas de alfabetização das crianças, de jovens e adultos vão depender dessa abordagem. Ao se ensinar a língua, seja como primeira ou como segunda língua, devemos nos questionar também sobre quais seriam os objetivos pedagógicos do ensino de língua.

Outro papel possível desempenhado pelas línguas minoritárias na escola é como língua de instrução. Tradicionalmente, línguas minoritárias são utilizadas como língua de instrução para as séries iniciais em comunidades onde as crianças aprendem a língua com seus pais, e, progressivamente, enquanto o aluno avança nas séries escolares, vai se substituindo a língua minoritária por uma língua majoritária como a língua de instrução. Nesse tipo de modelo, a língua minoritária é usada como uma língua de instrução apenas incidentalmente, o que acaba por demover o valor e a funcionalidade da língua na sociedade a médio prazo. Outro modelo, mais ambicioso e complexo, no entanto, é quando a língua minoritária não fica restrita a uma disciplina específica ou às séries iniciais, mas é o meio de instrução para outras disciplinas. Existem grandes dificuldades para se implantar esse tipo de modelo, que seria o ideal para se pensar uma escola que valorize as práticas linguísticas e culturais de grupos sociais minoritários. Por isso, as abordagens do ensino escolar intercultural, transdisciplinar e bilíngue parecem ser o melhor caminho possível para se avançar com esses objetivos.

Duas resoluções do MEC (2012a, 2012b) sobre educação escolar para comunidades indígenas e quilombolas discutem em linhas gerais o papel das línguas e das práticas socioculturais nos modelos educacionais para esses grupos sociais e a UNESCO (2003) também estabelece diretrizes para a abordagem das línguas na educação escolar em contextos multilíngues

Além dessas questões de macro-organização do sistema educacional, há ações a serem desenvolvidas no contexto escolar que muito podem dar apoio à sustentabilidade das línguas. Algumas dessas ações são discutidas nas seções seguintes. Outras que aqui destacamos são as seguintes:

- Produção de materiais didáticos que sejam eficientes para atender à situação de aquisição (como língua materna ou segunda língua, por exemplo) e as necessidades do ensino da língua no ambiente escolar.
- Formação de professores para o ensino da língua e da cultura da comunidade linguística conforme as necessidades locais.

10.3.2 PROGRAMAS DE IMERSÃO

Os chamados programas de imersão são atividades de caráter intensivo, em que se criam situações nas quais o uso da língua de referência, os valores culturais da comunidade linguística e práticas educativas se combinam. Esses programas podem ocorrer no contexto escolar, mas também fora dele. Abaixo apresentamos algumas dessas iniciativas.

- **Ninho de línguas:** é um programa de imersão linguística para crianças de 0 a 6 anos. As crianças participam de atividades educativas em creches e pré-escolas com falantes fluentes da língua de referência, seus professores. A língua não é ensinada explicitamente às crianças, mas é criado um ambiente de práticas que naturalmente vão proporcionar a aquisição da língua pelas crianças. O ambiente de um ninho de línguas é absolutamente monolíngue.
- **Programas do tipo Mestre-Aprendiz:** A proposta de programas do tipo Mestre-Aprendiz é proporcionar um ambiente para que mestres (sabedores, falantes de referência, etc.) possam conviver regularmente com aprendizes (os interessados em aprender a língua) para repassar seu conhecimento linguístico-cultural. Esses programas se tornaram estratégias-chave para a revitalização de línguas da América do Norte, onde foram implantados tendo como base um mestre e um aprendiz convivendo num ambiente absolutamente monolíngue. Em outras situações sociolinguísticas esse tipo de modelo poderia ser modificado, tornando-o mais coletivo do que individualizado.

Esses programas podem ser implantados envolvendo os seguintes atores:

- Pessoas numa mesma família, como pais e filhos
- Pessoas adultas, preferencialmente pessoas de uma mesma comunidade
- Parte da educação escolar, como uma atividade de “terceiro tempo”, extensão ou até mesmo como componente curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quanto mais tempo mestres e aprendizes conviverem, mais rápido e eficaz será o aprendizado da língua. Sugere-se que no mínimo haja um encontro semanal de 3 horas.

Outras iniciativas de imersões linguístico-culturais: diversas iniciativas educativas podem ser realizadas com o intuito de promover a vivência de crianças, jovens e adultos em espaços e tempos designados especificamente para momentos de imersão linguístico-cultural, sejam eles monolíngues ou bilíngues, com duração de um dia a até algumas semanas ou meses. Algumas experiências focam na cultura tradicional de grupos nesses momentos, organizando oficinas, rituais, convivências em espaços como a mata, a roça, pescaria e etc. Outras experiências exploram um contexto mais próximo da educação formal, como classes de verão ou terceiro tempo escolar, ou a instituição de um dia da semana como o dia de se falar somente

na língua minoritária na escola (como o fez o projeto-piloto do INDL para a língua Asurini do Trocará). Ainda, há experiências que procuram trazer um aspecto lúdico, como acampamentos e excursões para jovens, colônias de férias, entre outros.

10.3.3 EXPANSÃO DOS USOS SOCIAIS DA LÍNGUA

Ações educativas como as que foram sugeridas acima promovem os usos sociais da língua em ambientes como a família, a escola e os espaços sociais mais característicos de uma comunidade. A partir de um diagnóstico de como as línguas estão sendo usadas em diferentes espaços sociais é possível que a comunidade se organize para trabalhar pelo fortalecimento dos usos linguísticos em ambientes em que a língua tradicionalmente é falada, ou mesmo para expandir os usos linguísticos para diferentes ambientes sociais – sobretudo novos domínios. Políticas de co-oficialização de línguas minoritárias são um bom instrumento jurídico para se avançar no objetivo de expandir os usos sociais da língua, sobretudo por obrigarem o poder público a usar a língua na legislação e nos serviços públicos. São igualmente importantes ações para promover os usos sociais da língua nos meios de comunicação, especialmente internet e rádio.

10.3.4 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS E INFRAESTRUTURA PARA A LÍNGUA

Para uma língua ser funcional em um dado contexto social é necessário que ela tenha certos recursos materiais, tecnológicos e humanos, de modo a criar estratégias para adequar as línguas ao tipo de sociedade que seus falantes vivem e querem viver.

Um primeiro ponto diz respeito à formação de pessoas na comunidade para realizar as mais diversas ações de salvaguarda, que deve ter prioridade num planejamento estratégico. Isso envolve a formação de professores, pesquisadores, documentaristas, comunicadores, etc. Ao mesmo tempo, pode ser adotada como parte da mesma estratégia a identificação de pessoas que sejam conhecedoras da língua e da cultura do grupo, e a proposição de ações que incorporem essas pessoas nos planejamentos de salvaguarda da língua.

Além de pessoas, as línguas necessitam de recursos materiais e tecnológicos. Ter uma ortografia (ou resolver problemas com ortografias existentes), implantar um programa de alfabetização e educação escolar são bons exemplos desses tipos de recursos. Ao mesmo tempo, produzir materiais didáticos e paradidáticos, produzir recursos multimídias, audiovisuais, aplicativos para celulares, dicionários, gramáticas, etc., são outros exemplos de ações que criam bases materiais e tecnológicas para a valorização e promoção dos usos de uma língua.

Para algumas situações, pode ser interessante manter um grupo de pessoas dentro da comunidade linguística ou região multilíngue com responsabilidade sobre a gestão de ações, projetos e recursos para a salvaguarda linguística. Isso pode ser feito a partir da criação de uma associação ou organização específica

para esse propósito ou mesmo pela introdução dessa atribuição a uma associação ou organização já existente na comunidade linguística. Essa organização deve possuir um espaço físico e funcionar com um centro de referência para a língua, executando projetos, congregando pessoas, organizando e mantendo um acervo com diversos produtos documentais e recursos materiais sobre a língua, além de articular e mobilizar diferentes atores e instituições das comunidades linguísticas e da sociedade abrangente.

10.3.5 **MEDIDAS JURÍDICAS: PATRIMONIALIZAÇÃO E OFICIALIZAÇÃO**

Medidas jurídicas como ações de reconhecimento como patrimônio cultural e co-oficialização de línguas minoritárias é de grande importância para garantir um maior prestígio da língua de referência, bem como ter a chance de regulamentar em lei ações de valorização e promoção da língua de referência. É muito importante que estes dois instrumentos sejam utilizados de maneira estratégica pela comunidade de falantes, pois se não há planos efetivos de ações de revitalização e promoção da língua, eles podem se tornar um reconhecimento público que não vai, de fato, trazer maiores benefícios para a língua e a comunidade linguística.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Leticia de Souza. *Pesquisas sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantins. Contribuição para o inventário nacional da diversidade linguística (INDL).* Orientação: Ana Suelly Arruda Câmara Cabral. Mestrado, UnB. 2010.

First People's Cultural Council. *A Guide to Language Policy and Planning for B.C. First Nations Communities.* First Peoples' Cultural Council. 2013. ISBN: 978-0-9868401-4-2

KAUFMANN, Göz. Atitudes na sociolinguística: aspectos teóricos e metodológicos. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil.* 1ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 121-137.

LAMBERT, William Wilson; LAMBERT, Wallace Earl. *A Psicologia Social.* 4.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO N° 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO N° 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 2012.

PRESTON, Dennis R. Introduction. In. _____ (ed.) *Handbook of perceptual dialectology.* Vol. 1. John Benjamins Publishing Company: Amsterdam/Philadelphia, 1999

UNESCO. *Education in a multilingual world: Unesco education position paper.* Paris: Unesco, 2003.





